



TRT-12ª REGIÃO  
Santa Catarina

*GESTÃO em*  
**REVISTA**  
*2019-2021*

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
12ª REGIÃO



# Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Gestão 2019 – 2021

Desembargadora Maria de Lourdes Leiria

*Presidente*

Desembargadora Teresa Regina Cotosky

*Vice-Presidente e Ouvidora*

Desembargador Amarildo Carlos de Lima

*Corregedor Regional*

Desembargadores do Trabalho, por ordem de antiguidade:

Lília Leonor Abreu

Ligia Maria Teixeira Gouvêa

Marcos Vinicio Zanchetta

Gisele Pereira Alexandrino

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira

Gracio Ricardo Barboza Petrone

Mari Eleda Migliorini

José Ernesto Manzi

Roberto Basilone Leite

Roberto Luiz Guglielmetto

Wanderley Godoy Júnior

Hélio Bastida Lopes

Mirna Uliano Bertoldi

Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez

Nivaldo Stankiewicz

# Sumário

<b>Palavra da Presidente</b> .....	<b>6</b>	<b>Agenda 2030</b> .....	<b>30</b>
<b>Gestão</b> .....	<b>8</b>	Laboratório de inovação integra Agenda 2030 ao TRT-SC .....	31
Impulsionar fase de execução foi foco da Gestão 2019-2021 .....	9	Juízes superam o plano de ação proposto para alcançar a Meta 9 do CNJ.....	33
Administração edita portarias para garantir prestação jurisdicional na pandemia .....	10	Conselheira do CNJ parabeniza TRT-SC por cumprimento de meta vinculada a ODS .....	35
Entrega de imóveis alugados gera economia de R\$ 5,4 milhões por ano em despesas de custeio .....	12	Certificado premia ideias e boas práticas voltadas à Agenda 2030 .....	36
Redução de despesas rende voto de louvor do Tribunal Superior do Trabalho .....	17	Pessoas em vulnerabilidade social passam a ter atendimento e pauta preferenciais .....	37
Economia com despesas de custeio alcança quase R\$ 5 milhões .....	18	Campanha nas redes sociais divulga desenhos premiados para alertar contra trabalho infantil .....	38
TRT-SC tem melhor desempenho entre 90 tribunais do país .....	19	Doação a escolas marca data mundial de luta contra o trabalho infantil .....	40
Gestão e governança do TRT-SC têm melhor avaliação do TCU entre tribunais federais .....	21	Quiz e jogo de tabuleiro auxiliam professores no combate ao trabalho infantil ....	41
Apesar da pandemia, três varas do trabalho cumprem todas as metas nacionais da JT.....	22	Programa de Combate ao Trabalho Infantil lança vídeo e cartilha sobre cidadania .....	42
Correições telepresenciais foram maioria .....	22	Magistrados alertam sobre segurança do trabalho durante pandemia .....	43
TRT-SC é segundo no Ranking da Transparência entre trabalhistas.....	23	TRTs do Sul debatem impacto da Covid-19 no trabalho e na saúde mental .....	44
Novo Plano Estratégico é aprovado para vigorar até 2026 .....	24	Lançada cartilha para conscientizar sobre acessibilidade e inclusão .....	45
Reestruturação administrativa busca aprimorar processo de gestão orçamentária .....	25	TRT-SC edita 171 atos relacionados aos ODS.....	45
TRT-SC é primeiro do país a adotar almoxarifado virtual.....	26	<b>Execução</b> .....	<b>46</b>
Espaços de convívio de terceirizados são reformados .....	27	TRT-SC movimentou recorde de R\$ 41 milhões na Semana da Execução.....	47
Ouvidoria passa a ter estrutura própria e ouvidor eleito .....	28	Secretaria criada para impulsionar execução arrecada mais de R\$ 82 milhões .....	48
Corregedores do TRT-SC são eternizados em galeria no Dia da Memória do Poder Judiciário .....	29	Execução contra grandes devedores vira foco do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.....	49
		Justiça do Trabalho soma 30 convênios que agilizam solução de processos em SC.....	50
		Secretaria de Execução cria painel que converte dados do Google em provas digitais.....	51

<b>Saúde e Qualidade de Vida .....52</b>	Primeiro núcleo de provas digitais da JT é implantado pelo TRT-SC .....73
Coordenadoria de Saúde inova com atendimentos psicológico e médico a distância.....53	TRT-SC tem representante em comitê responsável por gerir inovação no Judiciário... 74
Medidas sanitárias garantem retorno seguro ao trabalho presencial.....54	Cooperari: TRT-SC conquista três das quatro premiações .....75
Comissões buscam prevenir e enfrentar assédios moral e sexual em 1º e 2º graus .....55	Núcleo 4.0 de Justiça auxilia unidades em processos do Juízo 100% Digital .....77
Comissão promove webinar sobre assédios moral e sexual no Judiciário .....56	Registros históricos .....78
Campanha solidária arrecada mais de quatro toneladas de alimentos .....57	Ferramenta utiliza inteligência artificial para estimar chances de acordos judiciais.....80
<b>Atuação Institucional .....58</b>	Desembargador toma posse por videoconferência .....81
40 anos do TRT-SC: uma trajetória de desafios e superação .....59	‘Parque’ de notebooks é renovado com aquisição de 140 máquinas .....82
Juízes realizam 100 mil audiências telepresenciais .....60	Ligações telefônicas passam a ser feitas a partir de sinal de internet .....82
Tempo médio de julgamento reduz mais de 30% em 2020 .....62	Presença digital do TRT-SC nas redes sociais é regulamentada .....83
Sessões das câmaras julgadoras passam a ser transmitidas ao vivo pelo YouTube ..... 63	WhatsApp se consolida como canal de comunicação interna .....83
Valor de acordos nos Cejuscs cresce 17% em um ano.....63	Programa de visitação estreia modalidade on-line com alunos da Bahia.....84
Juízes do trabalho podem mediar acordos sem necessidade de abertura de processo .....64	
Brusque ganha sede própria da JT .....65	
Pagamentos em ações trabalhistas chega a quase R\$ 2 bilhões em 21 meses.....66	
Nova sede da Vara do Trabalho de Canoinhas privilegia sustentabilidade.....67	
<b>Inovação .....68</b>	
Pioneirismo: coworking otimiza espaços e gera economia .....69	
Juízo 100% Digital permite que todos os atos do processo sejam realizados por meio virtual .....70	
Cidadão ganha canal de atendimento por videochamadas.....71	
Cronômetro auxilia em atas de audiência .....71	
Centro de Inteligência busca prevenir ações repetitivas e de massa .....72	



*Palavra da  
Presidente*

**A** gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região biênio 2019-2021, desde seu momento inicial, foi marcada por uma série de desafios. No ano de 2020, tivemos o menor orçamento da história, inclusive com o orçamento de pessoal negativo. Buscou-se, desde logo, a otimização dos recursos e a redução de despesas a fim de lidar da forma mais eficaz e eficiente com o orçamento disponível. Nesse sentido, o ato paradigmático da Administração foi a devolução de um prédio de 15 andares, adequando a sede da Rua Esteves Júnior para receber desembargadores e servidores que antes ocupavam o edifício alugado.

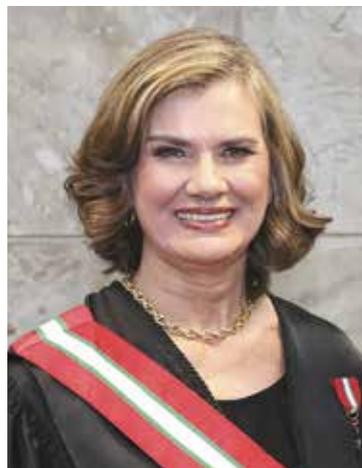
O grande desafio da Administração, no entanto, mostrou-se a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) – um marco na história mundial. A fim de evitar a propagação do vírus, mantendo em segurança todos os magistrados, servidores, terceirizados, advogados e o jurisdicionado em geral, o Tribunal adotou o teletrabalho como regra. Assim, a Justiça do Trabalho catarinense pôde permanecer em pleno funcionamento. Intensificaram-se os serviços virtuais tanto para evitar o represamento dos processos, quanto para possibilitar uma adequada administração. Também as ações da Corregedoria e da Escola Judicial foram realizadas de forma virtual, sob a coordenação do desembargador Amarildo Carlos de Lima e da desembargadora Teresa Regina Cotosky, respectivamente.

Para além dos desafios que se impuseram, o foco da atual administração foi, desde sempre, a efetividade da prestação jurisdicional, verdadeira missão do Tribunal. Nesse sentido, promoveu-se uma série de medidas com a finalidade de garantir uma adequada administração da justiça. Instalou-se a Secretaria de Execução (Sexec), unidade responsável por impulsionar as execuções e melhorar a efetividade e eficácia das decisões tomadas pelo Tribunal e suas unidades. No ano de 2020, atingimos o índice de 100% dos processos tramitando pelo Processo Judicial Ele-

trônico - PJe e, já no início de 2021, houve a regulamentação e a implantação do Juízo 100% Digital em todas as unidades judiciais. Também foram implantados o Centro de Inteligência do Tribunal, estabelecendo estratégias para lidar com demandas repetitivas e de massa e processos sobrestados, e o Núcleo de Provas Digitais, unidade especializada na coleta e tratamento de provas obtidas por meios digitais.

Como fruto do incansável trabalho da Administração, bem como de todos os magistrados, de 1º e 2º graus, e servidores do Tribunal, no último biênio, o TRT-12 se destacou a nível nacional. Recebemos voto de louvor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho pelas economias geradas. Em 2020, recebemos o selo de qualidade do Conselho Nacional de Justiça na categoria Diamante, obtendo a melhor pontuação dentre os 90 tribunais do país. Em 2021, recebemos 3 das 4 premiações do Prêmio Cooperari – Estratégias para Evoluir da Justiça do Trabalho; aparecemos em 2º lugar no ranking de transparência do CNJ; e fomos classificados em 1º lugar – com a maior pontuação entre os tribunais da União – na avaliação do Tribunal de Contas da União em gestão e governança.

Estar a frente dessa Administração foi tarefa desafiadora, mas gratificante. Agradeço a todos que contribuíram para essa construção, dentre os quais, principalmente, meus colegas de Administração, sempre comprometidos com a excelência do Tribunal.



**Des. Maria de Lourdes Leiria**  
Presidente



*Gestão*

# Impulsionar fase de execução foi foco da Gestão 2019-2021

*Diretriz foi explicitada no discurso de posse da presidente, que entre outras medidas criou uma secretaria para agilizar cobrança de devedores trabalhistas*

Aumentar a efetividade da prestação jurisdicional. Essa foi uma das principais diretrizes que nortearam a gestão da desembargadora Lourdes Leiria na Presidência do TRT-SC.

Ao tomar posse, em 6 de dezembro de 2019, a magistrada afirmou que sua prioridade seria intensificar as ações nos processos da chamada fase de execução - quando o juízo realiza atos para garantir o cumprimento de uma sentença da qual não cabe mais recurso.

“Temos mais de 70 mil processos em execução pendentes de solução. São milhares de reclamantes que clamam por isso”, destacou a presidente em seu discurso.

Tão logo entrou em exercício, Lourdes Leiria criou a [Secretaria de Execução](#), que aglutinou duas unidades que já existiam na estrutura do Tribunal - o Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) e o Setor de Apoio à Execução - que atuavam separadamente, vinculadas a áreas distintas.

A Secretaria de Execução teve a estrutura de pessoal e atribuições ampliadas e passou a ser coordenada pelo juiz Roberto Nakajo.

## Com eficiência, sem retrabalho

Além do reforço na execução, outra diretriz apontada pela nova presidente foi a necessidade de cortar gastos: a partir de 2020, com o fim do repasse dos 0,25% do Poder Executivo aos órgãos do Judiciário (previsto na Emenda Constitucional 95/2016), a verba orçamentária retornaria ao patamar de 2016, um dos mais enxutos da história recente da Justiça do Trabalho.



*Ao centro a presidente, Lourdes Leiria, ladeada pelos desembargadores Teresa Cotosky, vice-presidente, e Amarildo Carlos de Lima, corregedor*

---

*Teremos que otimizar os recursos, buscar mais produtividade e evitar o retrabalho. Não será fácil, mas é possível”*

*Des. Lourdes Leiria*

---

“A Justiça do Trabalho, apesar de todas as limitações, deve continuar cumprindo a sua função constitucional com excelência. Teremos que ser eficientes, otimizar os recursos, buscar mais produtividade e evitar o retrabalho. Não será fácil, mas é possível”, frisou a empossada.

Junto a Lourdes Leiria, compuseram o trio da Administração a desembargadora Teresa Cotosky, como vice-presidente, ouvidora e diretora da Escola Judicial, e o desembargador Amarildo Carlos de Lima, no cargo de corregedor regional.

# Administração edita portarias para garantir prestação jurisdicional na pandemia

*Normas evitaram disseminação da Covid-19 nas unidades e permitiram manutenção das audiências e sessões a distância*

Em março de 2020, diante da pandemia do novo coronavírus, a Administração adotou inúmeras medidas para evitar a propagação da doença no ambiente de trabalho e proteger a saúde de magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e usuários da Justiça do Trabalho.

O primeiro caso da doença no Brasil foi confirmado em 26 de fevereiro. E a primeira iniciativa adotada pelo TRT-SC ([Portaria 80/2020](#)), no dia 12 de março, foi criar uma quarentena para quem estivesse retornando de países com surto reconhecido, determinando trabalho remoto para essa pessoa por pelo menos 15 dias.

Quatro dias depois, veio a [Portaria 83/2020](#). As principais medidas implementadas pela norma foram: trabalho remoto, suspensão das audiências e sessões presenciais, atendimento apenas por telefone ou e-mail, suspensão de cumprimento de mandados judiciais em áreas de risco, entre outras. A Portaria 83 foi publicada no mesmo dia do Decreto Estadual 507/2020, um dos primeiros do país a adotar medidas mais rígidas na tentativa de conter a disseminação do vírus.

As audiências e sessões foram retomadas em abril, por meio de videoconferências. No primeiro grau, inicialmente, foram realizadas tentativas de conciliação e tutelas de urgência, enquanto as sessões aconteciam ainda sem sustentação oral. Era necessário, porém, retomar as audiências de instrução e as sustentações orais nas sessões.

## Audiências de instrução

Veio, então, a [Portaria Conjunta 98/2020](#). Publicada em 22 de abril, a norma absorveu a maioria dos dispositivos da 83, retomou as

### Principais normas vigentes editadas pelo TRT-SC na pandemia

<b>Portaria Conjunta 98/2020</b>	Estabelece medidas temporárias de prevenção à contaminação pelo Coronavírus no âmbito do TRT-12.
<b>Portaria CR 01/2020</b>	Dispõe sobre o procedimento das audiências telepresenciais no período do Plantão Extraordinário, previsto na Portaria Conjunta 98/2020.
<b>Portaria Conjunta 207/2020</b>	Define as etapas de retomada gradual das atividades presenciais.
<b>Portaria Conjunta 45/2021</b>	Implanta o “Balcão Virtual” nas unidades judiciárias.
<b>Portaria CR 03/2021</b>	Dispõe sobre a apresentação de arquivos de imagens, áudios e vídeos no PJe.
<b>Ato Conjunto 25/2021</b>	Implanta etapa 1 da retomada das atividades presenciais.
<b>Ato Conjunto 32/2021</b>	Implanta etapa 2 das atividades presenciais, incluindo percentual das audiências e atendimento ao público agendado.
<b>Ato Conjunto 46/2021</b>	Implanta etapa 3 das atividades presenciais, com aumento do percentual de servidores nas unidades.

---

## *Para conter o avanço do novo coronavírus, o TRT-SC adotou medidas como trabalho remoto, audiências e sessões por videoconferência e atendimento pelo balcão virtual*

---

sustentações orais (de forma virtual) e instituiu um calendário de retomada das audiências de instrução, que passaram a ser realizadas a partir de 25 de maio, também por videoconferência. No dia seguinte, a Corregedoria Regional editou a [Portaria 1/2020](#), detalhando como seriam os procedimentos das audiências telepresenciais e trazendo uma novidade: a gravação das mesmas.

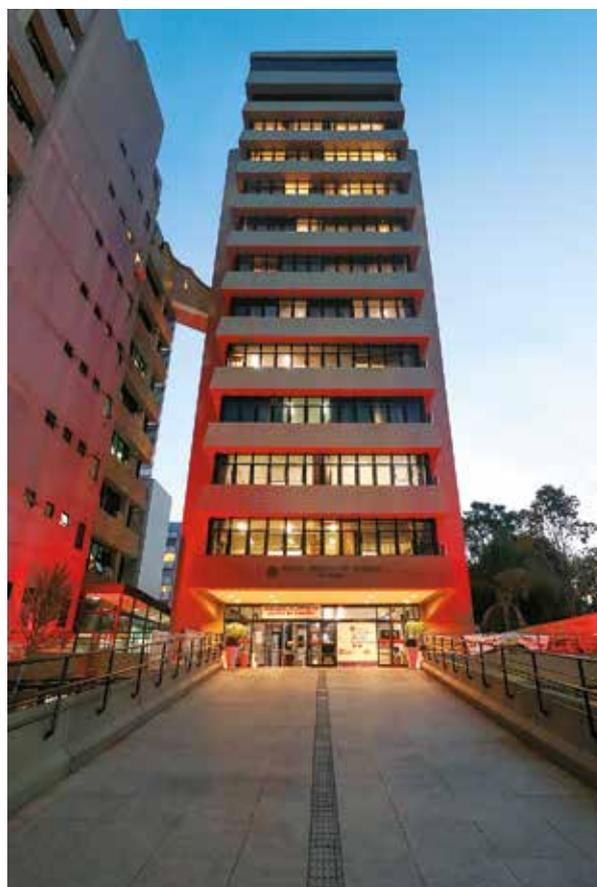
Àquela altura, um mês depois das primeiras medidas restritivas e com o avanço do número de casos, tornava-se claro que a pandemia seria mais duradoura do que as previsões iniciais. Por esse motivo, a Administração instituiu, também por meio da Portaria 98, o regime integral de trabalho à distância e o plantão extraordinário para atendimento ao público, vinculando os telefones das secretarias aos celulares das chefias por meio da tecnologia “Siga-me”. Mais tarde, em março de 2021, a [Portaria Conjunta 45/2021](#) incrementou o atendimento on-line com a implantação do “balcão virtual”, permitindo que o cidadão fosse atendido por videochamadas.

### **Retomada parcial**

Em setembro de 2020, após a queda de novos casos, a Administração editou a [Portaria Conjunta 207/2020](#), detalhando a retomada gradual das atividades presenciais e as [consequentes medidas de prevenção](#) para que isso acontecesse de forma segura. A retomada ocorreu dia 15 de outubro, mas em 25 de novembro novo ato suspendeu o trabalho presencial em todo o estado, diante do agravamento do mapa de risco.

Em maio de 2021, o [Ato Conjunto 25/2021](#) determinou que a partir de 1º de junho as unida-

des situadas na faixa laranja de classificação de risco para Covid-19 retomassem as atividades presenciais, de forma gradual (etapa 1 da Portaria 207). E no dia 23 de agosto, entrou em vigor o [Ato Conjunto 32/2021](#), estabelecendo critérios para o retorno do atendimento presencial (etapa 2 da Portaria 207). Nesta etapa foi possível retornar os atendimentos presenciais ao cidadão mediante agendamento, seguindo todos os protocolos de segurança. Em 19 de outubro de 2021 entrou em vigor o [Ato Conjunto 46/2021](#), que deu início à etapa 3.



*Prédio do TRT-SC, iluminado com as cores do Outubro Rosa: trabalho remoto na sede iniciou em março de 2020, teve uma pequena interrupção entre outubro e novembro, e foi mantido até 1º junho de 2021, com a retomada gradual das atividades presenciais*

# Entrega de imóveis alugados gera economia de R\$ 5,4 milhões por ano em despesas de custeio

Uma das principais medidas de gestão adotadas pela Administração do TRT-SC no biênio 2020/21 foi a redução permanente das despesas de custeio, em especial, as de aluguel e despesas correlatas. Com as entregas do prédio da sede judiciária e do galpão que abrigava o arquivo-geral, ambas ocorridas em 2020, estima-se que a economia anual a partir de 2021 será de R\$ 5,4 milhões, cerca de 18% das despesas de manutenção geral do Tribunal previstas no orçamento de 2020.

A não renovação de um dos contratos de locação levou a área judiciária de volta ao prédio-sede do Tribunal, situado na Rua Esteves Júnior, 395, depois de quase sete anos funcionando no edifício alugado da Av. Rio Branco.

A mudança surgiu em momento crucial, uma vez que as restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho desde 2016 tiveram seu ápice em 2020. Segundo a Secretaria Administrativa, a economia será de cerca de R\$ 5 milhões anuais com todas as despesas que envolviam a ocupação do prédio: aluguel, IPTU, taxa de coleta de lixo, serviços terceirizados de vigilância e limpeza, manutenção



*Imóvel cujo aluguel era de R\$ 3,4 milhões anuais abrigou gabinetes e unidades de apoio judiciário por quase sete anos*

predial, de elevadores, de ar-condicionado, limpeza de vidros, energia elétrica entre outros. Só de aluguel, o valor poupado será de R\$ 3,4 milhões.

## Mobilização coletiva

A mudança da sede judiciária foi finalizada em julho. Para que tudo fosse feito em



tempo recorde, houve um esforço conjunto de diversas áreas do Tribunal. “O prédio da Rio Branco tem 15 andares e tivemos, em razão disso, de fazer um esforço de engenharia e arquitetura para aproveitar os espaços da melhor forma possível. Nossas equipes técnicas fizeram um estudo profundo dos imóveis da sede, incluindo os dois prédios anexos, e também do Fórum Trabalhista da Capital, já que alguns setores foram movidos para lá. Foram inúmeras reuniões com os setores de engenharia, Assessoria Jurídica, Direção-Geral, Secretaria-Geral da Presidência e com as empresas responsáveis pelas obras de readequação”, conta a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, lembrando que esse planejamento foi realizado diariamente desde o início de janeiro até março, quando começaram as obras de readequação da sede.

A desembargadora acrescenta que o projeto incluiu também uma análise do quantitativo de servidores presenciais e em teletrabalho de cada unidade, previsão de aposentadorias e análise de custos com a readequação, além de várias visitas do diretor-geral, Dilsonir Furlan, aos imóveis. A presidente menciona também que o projeto teve que ser aperfeiçoado no decorrer de sua execução devido às peculiaridades do trabalho remoto integral e da nova perspectiva de trabalho pós-pandemia do coronavírus, salientando o “incansável trabalho do diretor-geral” no acompanhamento das obras de readequação dos quatro edifícios e naquelas necessárias para a desocupação do edifício alugado.

## Novo cenário

“Como consequência das mudanças ocorridas nos últimos anos, o Tribunal viu parte de seus espaços internos ociosos. Hoje temos um cenário oposto ao que se verificava à época da mudança. O trabalho era exclusivamente presencial, executado majoritariamente com processos físicos, o que tornava os ambientes de trabalho apertados e pouco produtivos. A Justiça do Trabalho mudou, e precisamos acom-



*Juiz Roberto Nakajo, gestor de estratégia e metas, e Dilsonir Furlan, diretor-geral, com o Termo de Devolução do imóvel da sede judiciária*



*Desembargadores puderam escolher o “layout” dos gabinetes que melhor atendesse às necessidades da equipe*

*“A redução de gastos veio no momento certo, e meu sentimento como gestora de um órgão público é o de dever cumprido, pois conseguimos adaptar nossos espaços a essa nova realidade”*

*Des. Lourdes Leiria*

panhar essa transformação em todos os seus aspectos”, analisa a presidente.

A entrega dos imóveis alugados coincidiu com o período da pandemia causada pelo novo coronavírus. A desembargadora Lourdes Leiria considera que a mudança veio em boa hora, já que a crise orçamentária do país deve ser agravada pela pandemia. “Não tínhamos ideia da ocorrência e muito menos da extensão dos efeitos da pandemia quando decidimos pela entrega do prédio. Essa redução de gastos veio no momento certo e meu sentimento como gestora de um órgão público é o de dever cumprido, pois conseguimos adaptar nossos espaços a essa nova realidade.”

De acordo com a presidente, ainda há muito a ser feito, principalmente na moder-

nização da estrutura física e tecnológica do Tribunal e de suas unidades. “Estamos empreendendo e investindo nessas ações, que irão gerar economia a curto e médio prazos e adaptar a prestação jurisdicional ao novo modelo de trabalho que está se desenhando no Brasil e também em outros países”, ressalta Lourdes Leiria.

## Gabinetes dos desembargadores

Para acomodar os gabinetes dos 18 desembargadores, diversos setores do Tribunal foram reorganizados, seguindo a tendência da otimização dos espaços adaptados à nova realidade. Cada gabinete passou a ocupar um quarto de andar do edifício sede, contando com uma sala para o desembargador e outra para os servidores do gabinete.

A sala de cada desembargador possui medida-padrão, com uma estação de trabalho e espaço para atendimento presencial. Em relação ao ambiente dos servidores, os magistrados puderam escolher o “layout” que melhor atendesse às necessidades da equipe, considerando, inclusive, o quantitativo em teletrabalho. Quando precisarem atuar presencialmente, estes poderão utilizar o novo ambiente de coworking, seguindo os conceitos modernos de compartilhamento de espaço.

A área destinada aos servidores conta ainda com uma pequena copa e sanitário de uso exclusivo do gabinete, que foi totalmente reformado. Outro ponto observado pela equipe de engenharia e arquitetura foi a sustentabilidade: a troca dos sanitários vai reduzir o consumo de água, uma vez que o antigo sistema de descarga foi substituído pelo de caixa acoplada, cinco vezes mais econômico.



*As vagas do bicicletário dobraram, passando de 10 para 20*



*Os banheiros de uso público foram reformados e adaptados para acessibilidade*

## Investimento em segurança

Com o regime de trabalho remoto extraordinário decorrente da pandemia da Covid-19, as audiências das varas e as sessões do Tribunal passaram a se realizar de forma telepresencial, assim como as reuniões internas e com outras instituições. A adoção compulsória do trabalho remoto acabou engrossando, de forma involuntária, o número de pessoas que já atuavam a distância.

Nesse contexto, a presidente do TRT-SC determinou que as adequações fossem planejadas levando-se em conta o novo momento (veja o quadro), em que as atividades pre-



*Elevadores do prédio anexo à sede foram reformados*

senciais deverão conviver cada vez mais com o trabalho remoto.

Dentre as medidas adotadas, os elevadores do prédio anexo à sede foram modernizados

## Como as novas tecnologias de trabalho adotadas em razão da pandemia influenciaram as adequações do prédio-sede

- ▶ As salas de sessões ganharam equipamentos para os advogados realizarem sustentação oral de forma telepresencial, ou mesmo para a atuação remota de magistrados quando necessário.
- ▶ As salas de audiências da Secretaria de Execução e do Centro de Conciliação de 2º Grau também receberam equipamentos para a realização de audiências telepresenciais ou mistas (com participantes também de forma presencial).
- ▶ O gabinete do juiz auxiliar da Presidência foi redimensionado e também conta com instalação que possibilita a realização de reuniões ou audiências de forma telepresencial.
- ▶ Nos gabinetes dos desembargadores, assim como nos da Administração, foram instalados equipamentos que permitem a participação do magistrado a distância em reuniões ou em sessões e audiências.



*Salas de sessões ganharam equipamentos para advogados realizarem sustentação oral de forma telepresencial*

para garantir mais segurança aos servidores, magistrados e jurisdicionados que circulam pelo local.

Outras melhorias tiveram que ser feitas no prédio-sede, tendo em vista que sua inauguração ocorreu em 1989.

- ▶ Foram construídos banheiros nos halls e modificados os existentes para atender à acessibilidade.
- ▶ Criadas novas vagas para bicicletas (de 10 para 20), estimulando a locomoção saudável e sustentável de servidores e magistrados.
- ▶ Os desembargadores terão uma ampla sala de reuniões no mesmo andar da Presidência.

- ▶ As chamadas telefônicas podem ser feitas pela internet (sistema Voip), gerando mais economia para a instituição.
- ▶ Os banheiros de todos os andares, dos gabinetes e secretarias foram reformados
- ▶ Em alguns setores, foram trocados pisos que estavam desgastados
- ▶ Melhor aproveitamento do imóvel que abriga o Fórum da Capital, com nova pintura e a instalação da Unidade de Supporte do PJe e do Núcleo de Jurisprudência e Precedentes.
- ▶ O Anexo 1 foi revitalizado para acomodar a área administrativa.

## Arquivo-Geral também passa a funcionar em imóvel próprio

Outra importante medida de gestão foi a entrega, em outubro de 2020, do imóvel que abrigou por dez anos o Arquivo-Geral, onde são armazenados os processos físicos arquivados do Tribunal. O espaço alugado ficava no bairro Capoeiras, região continental de Florianópolis.

Considerando os R\$ 254,7 mil anuais gastos com aluguel, somados a despesas como imposto predial, taxa de coleta de lixo, energia elétrica, água e esgoto, vigilância, limpeza e manutenções diversas (da estrutura, condicionadores de ar, elevadores, entre outras), a medida irá gerar uma economia de cerca de R\$ 406,1 mil por ano.

Com o encerramento do contrato de locação, o Arquivo-Geral passou a funcionar em um local próximo ao anterior, no imóvel da União onde já funciona o Almoxarifado do TRT-SC. A mudança de endereço foi interrompida em três oportunidades em razão do quadro sanitário da Covid-19, tendo sido concluída em setembro. Foram movimentadas cerca de 45 mil caixas de processos, operação que contou com a

ajuda de um caminhão disponibilizado pelo Tribunal de Justiça (TJ-SC).

Cerca de 50 móveis e equipamentos eletrônicos que não serviriam no novo espaço do Arquivo-Geral foram doados ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBM-SC) e à Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap).

Em virtude da transferência do acervo, foi dada prioridade a um projeto de digitalização para eliminação de documentos e processos físicos findos, visando à redução do espaço necessário ao armazenamento da documentação.



*Mudança movimentou 45 mil caixas de processos e contou com ajuda de caminhão disponibilizado pelo Tribunal de Justiça*



*Prédio da sede administrativa e seus anexos foram adaptados para acomodar área judiciária, que estava em imóvel alugado*

## Redução de despesas rende voto de louvor do Tribunal Superior do Trabalho

*Órgão Especial da Corte superior reconheceu iniciativa da Administração que gerou economia de R\$ 5 milhões por ano*

A presidente do TST e do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi, propôs e foi acolhido pelo Órgão Especial voto de louvor ao TRT-SC em virtude da economia de R\$ 5 milhões anuais pela devolução do prédio alugado que abrigava a área judiciária de segundo grau. Os cumprimentos e elogios, feitos no início da [sessão do dia 10 de agosto de 2020](#) na pessoa da presidente do Regional, desembargadora Lourdes Leiria, foram estendidos a todos os desembargadores e servidores do Regional catarinense.

“A atitude do TRT da 12ª Região, que serve de exemplo para toda a Justiça do Trabalho, vai ao encontro da diretriz de reavaliar e racionalizar o uso dos espaços físicos, aproveitando o aprendizado que a pandemia trouxe sobre as possibilidades de repensar as formas e os espaços de trabalho, mantendo a efetividade deste ramo de Justiça”, avaliou Maria Cristina Peduzzi.

A presidente do TRT-SC disse se sentir feliz e agradecida com a honraria feita ao Tribunal. “Essa redução de despesas veio no momento certo, em que enfrentamos uma séria crise orçamentária agravada por essa trágica pandemia. Por isso meu sentimento, como gestora de um órgão público, é o de dever cumprido, pois conseguimos adaptar nossos espaços a essa nova realidade. Evidentemente, nada disso seria possível sem a colaboração de nossos desembargadores, juízes e o esforço dos servidores, que abraçaram o projeto e executaram uma mudança em tempo recorde. É uma conquista de todos”, elogiou a desembargadora Lourdes Leiria.

O ministro Alexandre Ramos, egresso do TRT-SC, pediu a palavra após o pronunciamento da presidente do TST, corroborando os elogios e enaltecendo a “administração zelosa da desembargadora Maria de Lourdes Leiria”.

# Economia com despesas de custeio alcança quase R\$ 5 milhões

*Somente diárias e locações responderam por 56% do total, em decorrência do trabalho remoto compulsório e da entrega de imóveis alugados*

O TRT-SC reduziu em R\$ 4,97 milhões algumas de suas principais despesas de custeio no ano de 2020 em relação ao de 2019. Em termos percentuais, isso representa uma economia de 31% com diárias, passagens aéreas, água, energia elétrica, telefone, locações e contratos terceirizados.

A economia teve relação direta com a pandemia do novo coronavírus e com a entrega de imóveis alugados. Para evitar a disseminação da Covid-19 nos ambientes da Justiça do Trabalho, a Administração instituiu trabalho remoto integral em meados de março de 2020, permanecendo assim até junho de 2021. Já a entrega de imóveis alugados fez parte da estratégia para gerar uma economia permanente no orçamento, diante do congelamento do teto de gastos públicos.

Com o trabalho a distância, os gastos com energia elétrica, água e telefone baixaram R\$ 974,2 mil - 85,6% disso com energia. Sem a realiza-

ção de eventos e cursos presenciais, e com raras viagens a serviço, as despesas com diárias e passagens despencaram 92,5% - só com diárias, a poupança foi de quase de R\$ 1,5 milhão.

“Não é o tipo de resultado que se comemora, dado o contexto em que isso ocorreu: milhares de vidas perdidas em razão de uma pandemia que nos isolou e trouxe inúmeras dificuldades para todos. De qualquer forma, penso que é fundamental analisar esses números e, a partir daí, extrair algo que nos auxilie a atuar de forma mais eficiente, otimizando os recursos públicos e aproveitando a tecnologia e os meios telepresenciais”, avalia a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria.

Nesse sentido, em julho de 2021 a presidente editou a [Portaria 113](#), para que as reuniões dos [58 grupos de trabalho, comissões e comitês](#) do Tribunal continuem sendo realizadas preferencialmente por videoconferência, mesmo quando encerrar a pandemia.



# TRT-SC tem melhor desempenho entre 90 tribunais do país

*Vencedora do Prêmio CNJ de Qualidade, Instituição obteve o Selo Diamante em 2020*

O TRT-SC [obteve a melhor classificação dentre os 90 tribunais](#) que concorreram ao Prêmio CNJ de Qualidade em 2020, recebendo pela primeira vez o prêmio na categoria Diamante, com 88,7% da pontuação possível de ser obtida. Nas seis edições anteriores, a instituição havia recebido o certificado Ouro, um degrau abaixo. A premiação aconteceu em novembro de 2020, durante a transmissão do 14º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

No segmento da Justiça do Trabalho, também conquistaram o Selo Diamante o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os Tribunais da 15ª (Campinas) e 18ª (Goiás) Regiões. Para a presidente do TST e do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi, o prêmio é um reconhecimento ímpar e um estímulo para a Justiça do Trabalho continuar trabalhando pelo aperfeiçoamento da atividade jurisdicional.

Para a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, a instituição superou o desafio de entregar a prestação jurisdicional de qualidade em meio telepresencial, um novo modo de trabalhar decorrente da pandemia. “Com o comprometimento de todos, magistrados e servidores, e apoio dos demais membros da Administração, desembargadores Teresa Cotosky e Amarildo de Lima, conseguimos rapidamente nos adaptar e obter ótimos índices de gestão e produtividade, resultando neste importante reconhecimento inédito”, parabenizou.



Resultado foi divulgado durante 14º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado de forma telepresencial. De cima para baixo, presidente do TRT-SC está na terceira linha de imagens, à esquerda

*“Com o comprometimento de todos, conseguimos rapidamente nos adaptar e obter ótimos índices de gestão e produtividade”*

*Des. Lourdes Leiria*

O gestor estratégico de metas, juiz Roberto Nakajo, acredita que o prêmio é fruto do engajamento e esforço de todos. “Magistrados e servidores estão sempre focados no atingimento de metas e na melhoria da instituição, tanto internamente na área de governança e transparência, quanto na qualidade da prestação jurisdicional ao cidadão. Quem ganha é o cidadão e o jurisdicionado catarinense”, ressaltou.

Instituído pela [Portaria CNJ nº 88/20](#), o Prêmio CNJ de Qualidade é concedido com o objetivo de reconhecer os tribunais que buscam excelência na gestão e planejamento, na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e na produtividade.

## Planejamento foi decisivo para conquista do Selo Diamante

O planejamento para a conquista do Selo Diamante começou cedo. Duas semanas após tomar posse, a presidente Lourdes Leiria convocou os diretores das principais unidades administrativas e judiciárias para fazer um balanço do resultado do Prêmio de 2019, que pelo sexto ano consecutivo havia condecorado o Tribunal na categoria Ouro.

Em sua fala, a presidente fez questão de ressaltar que o alcance do prêmio máximo não deveria ser um fim em si mesmo, mas a consequência do trabalho realizado. “Se fizermos uma Administração ‘diamante’, conquistaremos o Selo Diamante. Então eu peço a cada um dos senhores

que cuide de sua área com a excelência que ela merece, sempre tendo em mente que a razão de existir da Justiça do Trabalho é o jurisdicionado”, conclamou.

Após a fala da presidente, a condução da reunião ficou a cargo da Secretaria de Gestão Estratégica (Segest). Marco Bazzegio, diretor do Serviço de Estatística e Pesquisas, apresentou a pontuação do TRT-SC em cada um dos 30 critérios avaliados pelo CNJ em 2019, distribuídos em três eixos: transparência/informação, governança e produtividade.

Um dos pontos que chamou a atenção do grupo foi o tempo médio de tramitação do acervo da fase de conhecimento (eixo produtividade), 465 dias, que impactou negativamente na avaliação do Tribunal naquele ano. De acordo com a Segest, muitas vezes o problema não está exatamente no tempo de tramitação, mas em erros ou omissões nos lançamentos do PJe que se refletem nos dados gerados pelo e-Gestão, sistema que gerencia as informações estatísticas da Justiça do Trabalho.



*Presidente reuniu-se com diretores na segunda semana de gestão para tratar do Prêmio*

## TRT-SC conquista pelo segundo ano consecutivo o Prêmio CNJ de Qualidade Categoria Diamante

“Conquistar o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Diamante pela segunda vez nesta gestão é um orgulho para o TRT-12. Alcançamos um patamar de excelência,

fruto do trabalho de todos, magistrados, servidores e colaboradores. Parabéns ao TRT-12 por mais esta conquista inédita!”, comemorou a presidente Lourdes Leiria.

# Gestão e governança do TRT-SC têm melhor avaliação do TCU entre tribunais federais

O TRT-SC ficou em primeiro lugar entre os tribunais federais no Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG) no ano de 2021. Os dados são do [Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública](#), divulgado anualmente pelo Tribunal de Contas da União (iGov Ciclo 2021). A classificação foi [organizada](#) pela Secretaria de Gestão Estratégica do TRT-SC

O índice alcançado pelo tribunal catarinense foi de 83,7%, o que o deixou no [14º lugar](#) considerando todas as 378 organizações públicas federais avaliadas pelo TCU. É o terceiro levantamento consecutivo em que o TRT-SC obtém o melhor IGG entre os tribunais trabalhistas - os anteriores foram os de 2018 e 2017, já que em 2019 e 2020 não foi realizado.

Além do IGG, o levantamento de 2021 também apresentou resultados relacionados com a governança nas áreas de gestão organizacional (IGovPub), de pessoas (IGovPes), de segurança e da tecnologia da informação (IGovTI), de



Pontuação do Tribunal alcançou 83,7%, ficando em 14º entre as 378 organizações federais avaliadas

contratações (IGovCont) e, pela primeira vez, gestão orçamentária (IGovOrçament).

Comparado a 2018, a performance do TRT-SC foi superior em todos os índices e, com isso, ficou posicionado em 1º lugar entre todos os tribunais que integram o Poder Judiciário da União: no IGG, por exemplo, o resultado em 2018 havia sido 72% - 11,7% menor que o deste ano. Já no IGovCont, em que o Tribunal também obteve o melhor desempenho da Justiça do Trabalho, o salto foi maior: de 69% para 93,9%.

---

*Comparado a 2018, a performance do TRT-SC foi superior em todos os índices avaliados: gestão organizacional, de pessoas, de segurança e da tecnologia da informação, de contratações e orçamentária*

---

# Apesar da pandemia, três varas do trabalho cumprem todas as metas nacionais da JT

A fim de reconhecer o esforço de todas as 60 varas do trabalho, que ao longo de 2020 se empenharam para cumprir as metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Presidência do TRT-SC encaminhou certificados em abril de 2021.

Apesar dos desafios decorrentes da pandemia da Covid-19, que exigiu uma nova forma de trabalhar, em 2020 todas as unidades de primeiro grau alcançaram pelo menos duas das metas processuais estabelecidas, de um total de oito. Os destaques foram as varas do trabalho de Imbituba, Fraiburgo e São Bento do Sul, que conseguiram cumprir todas.

A VT de Fraiburgo, localizada no meio-oeste de Santa Catarina, obteve ao longo de 2020 e até junho de 2021 o melhor desempenho entre as cerca de 1,6 mil existentes no país. O ranking é elaborado pela Corregedoria-Geral



*Todas as 60 unidades receberam certificado, já que cumpriram pelo menos duas metas*

da JT e utiliza como base o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGest).

Nos últimos cinco relatórios, a unidade figurou em primeiro lugar no índice. Para Gustavo Menegazzi, juiz titular, o bom desempenho é fruto de um conjunto de fatores, como a dedicação e o amor que a equipe da unidade tem pelo trabalho realizado.

## Correições telepresenciais foram maioria

A Corregedoria do TRT-SC realizou correições ordinárias integralmente por meio telepresencial de maio de 2020 a agosto de 2021, quando voltaram a ocorrer presencialmente na maioria das unidades, em razão da melhora do mapa de risco para Covid-19 no Estado.

A medida foi detalhada no [Provimento 3/2020](#). A correição telepresencial foi precedida de ampla divulgação e utilizou aplicativos de mensagens e videoconferência de acesso gratuito. A Secretaria da Corregedoria analisa-

va os processos da vara correicionada e, posteriormente, fazia reuniões por videoconferência com magistrados, servidores e advogados que atuam na jurisdição.

A modalidade seguiu o Ato 13/20 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), direcionado a todos os TRTs do país. O documento dispôs que a atividade telepresencial deveria observar todas as demais regras e garantias da presencial, guardadas as devidas peculiaridades, e teria a mesma validade.

# TRT-SC é segundo no Ranking da Transparência entre trabalhistas

*Elaborada pelo CNJ, classificação é divulgada anualmente e busca valorizar, entre 92 órgãos do Judiciário, quem mais se destaca no fornecimento de informação clara e organizada*

Em 2021, o TRT-SC obteve a segunda colocação entre os 25 tribunais trabalhistas no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na classificação geral, liderada pelo Tribunal de Justiça do Pará, o TRT-SC ocupa a 19ª posição, ao lado da Justiça Estadual do Amapá e da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. A divulgação do resultado aconteceu em agosto, em [evento promovido pelo CNJ](#).

O TRT-SC alcançou uma significativa melhora em relação à edição anterior, aumentando seu índice de 87,95% para 96,14%. Em 2020, havia ficado na 38ª posição geral e sétimo na Justiça do Trabalho. Em 2021, o único Regional trabalhista que superou o TRT-SC foi o da 20ª Região (TRT-SE).

De acordo com a Direção-Geral, responsável pelo monitoramento da transparência no portal do TRT-SC, a expressiva melhora em 2021 deve-se principalmente à inclusão, no questionário, de itens relacionados à Ouvidoria. O cidadão já pode, por exemplo, acompanhar a tramitação de seu pedido e também avaliar o serviço prestado pela unidade.

---

*O resultado do ranking é calculado a partir das respostas dos tribunais a um questionário com 83 perguntas formuladas pelo Conselho*

---

## Evolução

Em um ano, TRT-SC aumentou em quase 10% seu índice de transparência



## Informação clara

Instituído pela Resolução CNJ 260/2018, o ranking é anual e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação clara e organizada, entre 92 instituições. O resultado é calculado a partir das respostas dos órgãos a um questionário com 83 perguntas enviado pelo Conselho. Ao responder positivamente a um item, o tribunal precisa informar na planilha o link do site que comprove a resposta, para apreciação do CNJ.

É avaliada a divulgação dos órgãos em seus portais a respeito de nove temas, como por exemplo os objetivos estratégicos, metas e indicadores; levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão; o calendário e a ata das sessões colegiadas; informações sobre licitações e contratos, entre outros.

# Novo Plano Estratégico é aprovado para vigorar até 2026

*Duas novas metas processuais foram incorporadas: reduzir a taxa de congestionamento líquida e alcançar 100% de processos eletrônicos*

A missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos que irão guiar o TRT-SC no período de 2021 a 2026 foram definidos em abril de 2021, com a aprovação do novo Plano Estratégico da Justiça do Trabalho catarinense.

---

*“Realizar Justiça no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania”*

*Missão do TRT-SC*

---

A missão permaneceu a mesma que a nacional: “realizar Justiça no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania”. A visão, também alinhada à nacional, ficou definida como



“Ser reconhecida como justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país”.

No que tange às metas processuais nacionais em 2021, a novidade em relação ao ano anterior foram as de número 5 e 11: reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2019, e alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total, respectivamente.

As duas metas novas, assim como as demais, foram definidas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em novembro de 2020, e já vinham sendo acompanhadas pelo TRT-SC, independentemente da aprovação do plano.

## Construção coletiva

No TRT-SC, o plano foi aprovado durante a segunda reunião de análise da estratégia de 2021. Dela participam integrantes do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa e da Rede Colaborativa de Governança Institucional, conforme estabelecido pela [Portaria SEAP 11/2016](#), que trata da Política de Governança do Tribunal. Em maio, o documento foi aprovado pelo Tribunal Pleno.

A construção do plano passou por diversas fases, desde o primeiro semestre de 2020 até sua aprovação final, conforme exige o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Foram consultas públicas e oficinas internas, que geraram proposições debatidas posteriormente entre todos os TRTs, até a elaboração do plano estratégico nacional pelo CSJT - ao qual devem estar alinhados os planos regionais.

# Reestruturação administrativa busca aprimorar processo de gestão orçamentária

Com o intuito de aprimorar a gestão orçamentária, o TRT-SC publicou em março de 2020 o Ato PRESI 73, que criou a Secretaria de Orçamento e Finanças (Seof) e a Coordenadoria de Pagamento (Copag), ambas vinculadas à Direção-Geral. A reestruturação envolveu a realocação e aglutinação de cargos e funções comissionadas e não gerou novos gastos.

Um dos motivos que fundamentou a reestruturação foi o aumento da complexidade de tarefas desenvolvidas pelas áreas, por conta da restrição orçamentária por que passam os órgãos federais. Em 2020, o Judiciário perdeu o incremento de 0,25% do orçamento do Executivo previsto na Emenda Constitucional 95/2016. Como resultado, os recursos disponibilizados à Justiça do Trabalho em todo o país sofreram uma redução de R\$ 1,2 bi.

Aliado a isso, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) descentralizou a gestão orçamentária para os tribunais, aumentando a complexidade das tarefas e a necessidade de acompanhamento da execução. A área de pagamento, por sua vez, foi impactada com a implantação do Sistema Integrado de

---

*Um dos motivos foi o aumento da complexidade de tarefas de algumas áreas*

---

Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho (Sigep-JT), uma “demanda significativa e muita responsabilidade”, conforme a exposição de motivos do Ato.

O Serviço de Recurso de Revista também tornou-se uma coordenadoria, mas sem alteração nas atribuições. A mudança buscou compensar a entrada em vigor da Lei 13.015/2014, que determinou a uniformização da jurisprudência dos Regionais antes do envio dos recursos de revista ao TST.

Em 2021, outra mudança implementada foi o direcionamento de 18 funções comissionadas FC-05 para os gabinetes de desembargadores, tendo como objetivo primordial a valorização da atividade-fim do Tribunal.



*A partir da esquerda: juiz Roberto Nakajo (gestor da execução), Dilcionir Furlan (diretor-geral), Alécio Riffel, Andréa Salvador, des. Lourdes Leiria (presidente), Andréia Farias, Geovany Gamba, Joilen Bunn, Vanessa de Azevedo e Yasmine Fernandes*



## TRT-SC é primeiro do país a adotar almoxarifado virtual

*Ferramenta garante mais economia e agilidade na aquisição de materiais de consumo*

O TRT-SC implantou em junho de 2021 o almoxarifado virtual, serviço que permite a compra de materiais de consumo sob demanda, acabando com a necessidade de estoque em grande quantidade e proporcionando economia com transporte. O Regional catarinense foi o primeiro tribunal trabalhista do país a adotar a solução.

Funciona assim: conforme cronograma definido no sistema (integralmente via web), a unidade que precisa de materiais como caneta, envelope, mouse, entre outros, registra o pedido de maneira simples e, após liberação pelo Serviço de Material e Patrimônio (Semap), recebe a entrega diretamente da empresa contratada.

O almoxarifado virtual foi contratado em abril deste ano, por meio da adesão a uma ata de registro de preços da Gerência Regional do Ministério da Economia na Paraíba. O serviço começou a funcionar no país em 2018, com atendimento a mais de 30 órgãos. Além da economia de recursos públicos, a plataforma

traz vantagens como padronização de itens, transparência na aquisição de materiais administrativos e eliminação de eventuais riscos de perdas ocasionados por conservação inadequada ou obsolescência dos materiais.

### Sustentabilidade

Além de reduzir os gastos com transporte de material, o almoxarifado virtual é fácil de operacionalizar e demanda menos tempo dos servidores das áreas administrativas, que poderão se dedicar a outras atividades. Este é um fator importante no atual cenário de déficit de pessoal decorrente da impossibilidade de reposição de aposentadorias.

Também foi levada em conta a [devolução do imóvel alugado](#) que abrigava arquivo de processos do Tribunal. Em 2020, a área mudou para o prédio ocupado pelo Semap, diminuindo o espaço reservado para a guarda de bens e materiais.

# Espaços de convívio de terceirizados são reformados

*Refeitório, vestiários, banheiros e lavanderia ganharam novo visual. Em todos os ambientes foram colocadas novas luminárias com lâmpadas de LED*

As áreas destinadas ao convívio dos trabalhadores terceirizados, depósitos e o Setor de Zeladoria ganharam um novo visual. Os locais, que no caso dos prestadores de serviço incluem refeitório, vestiários, banheiros e lavanderia, passaram por manutenção e novas adaptações. A conclusão dos trabalhos aconteceu em agosto de 2021.

Executada por uma empresa contratada, a reforma abrangeu uma área total de 225 metros quadrados e custou R\$ 139,3 mil. Foi realizada a substituição de revestimentos de paredes, pisos, tetos e contrapisos.

Também foram feitos tratamentos em paredes, impermeabilizações, instalações elétricas novas e regularização das instalações hidrossanitárias. Todos os ambientes ganharam novas

luminárias com lâmpadas de LED. Durante a reforma também foram instalados chuveiros, papeleiras e saboneteiras, além da passagem de cabos de rede lógica para alimentação de câmeras e ajustes de pinturas e portas.

A equipe do Serviço de Projetos e Obras (SPO) explica que o avançado estado dos problemas encontrados nos locais (infiltração, desgastes de pintura e piso, entre outros) demandaram muitos estudos pela busca das melhores soluções técnicas.

De acordo com o SPO, os ambientes agora estão renovados, com melhor aproveitamento da área, proporcionando mais comodidade e bem-estar aos trabalhadores terceirizados e servidores que os utilizam.



*Refeitório ganhou cuba e bancada em granito, além de rede elétrica para instalação de aparelho microondas, frigobar e bebedouro*



*Nos banheiros, houve substituição de azulejos, pisos e portas*

# Ouvidoria passa a ter estrutura própria e ouvidor eleito



## Canal de comunicação

A Ouvidoria é um canal de comunicação para o envio de denúncias, reclamações, críticas, elogios e sugestões sobre as atividades desenvolvidas por magistrados, servidores ou órgãos da Instituição. A manifestação recebida é analisada e respondida de imediato e, se necessário, encaminhada ao setor competente.

O contato pode ser feito por [formulário eletrônico](#), e-mail [ouvidoria@trt12.jus.br](mailto:ouvidoria@trt12.jus.br) ou pelo telefone (48) 3216-4350.

O ano de 2021 marcou uma importante mudança para a Ouvidoria do TRT-SC: a escolha do ouvidor passou a ser por meio de eleição, na mesma sessão administrativa que define os membros da direção do Tribunal, em outubro.

O mandato será de dois anos e coincidirá com o da Administração, sendo permitida a recondução. A primeira ouvidora eleita foi a desembargadora Quézia de Araújo Gonzalez, em outubro de 2021.

---

*Em 2020, a procura pela Ouvidoria cresceu 57% quando comparada a 2019, com 1.084 manifestações*

---

[A Resolução Administrativa](#) que regulamenta a estrutura, as atribuições e o funcionamento da Ouvidoria segue as resoluções do CNJ e foi aprovada por unanimidade pelo Pleno em 19 de julho. Com a mudança, a unidade deixou de ser vinculada à Vice-Presidência e passou a ter espaço e estrutura de pessoal próprias.

Em 2020, ano marcado pelas mudanças causadas pela pandemia de Covid-19, a procura pela Ouvidoria teve aumento de 57% quando comparada a 2019, chegando a 1.084 manifestações. O dado é do relatório anual da unidade.

O principal motivo foi a necessidade de esclarecimento de dúvidas e consultas, com 81,37% do total. O relatório também mostrou que as demandas surgiram principalmente por telefone (36%), seguido de formulário eletrônico (34%), e-mail (29%) e Ouvidoria do CNJ (1%).

# Corregedores do TRT-SC são eternizados em galeria no Dia da Memória do Poder Judiciário

No Dia da Memória do Poder Judiciário, comemorado em 10 de maio, a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, inaugurou a Galeria de Corregedores da instituição.

Em seu discurso, ela lembrou que o espaço resgata a história da Corregedoria do Tribunal justamente no ano de 2021, em que a Justiça do Trabalho completa oito décadas de existência, e o TRT-SC, quatro.

“Este ato de rememorar cria, no presente, uma relação entre passado e futuro. Apenas porque nos servimos da memória e da história, podemos acessar o passado para construção do futuro”, frisou a presidente.

De acordo com ela, a Galeria dos Corregedores “não apenas nos lembra de todos que estiveram à frente da atuação correcional, mas também – e, talvez, principalmente – nos apresenta, como numa linha do tempo, o fato de que uma história não é construída sozinha, mas sempre com apoio na tradição dos que nos antecederam”.

## Resgate histórico

A Galeria de Corregedores compõe o Memorial da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, localizada no térreo da sede administrativa do Tribunal, na Rua Esteves Júnior, 395. Remodelado para receber o novo acervo, o Memorial também abriga outra galeria, composta por todos os ex-presidentes da instituição.

Transmitida pelo canal do TRT-SC no YouTube, a cerimônia virtual foi prestigiada pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alexandre Luiz Ramos, egresso do TRT-SC; pela presidente do Fórum Nacional Permanente em Defesa da



*Galeria de Corregedores compõe o Memorial da JT-SC e está localizada no térreo da sede administrativa do Tribunal, no centro de Florianópolis*

Memória da Justiça do Trabalho (Memojutra), juíza Anita Job Lübbe (TRT-RS), das desembargadoras Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (TRT-8) e Maria Beatriz Theodoro Gomes (TRT-23), ambas do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da JT, do qual também faz parte a presidente do TRT-SC.

O Memorial também tem um lugar reservado para registro histórico da atuação do TRT-SC durante a pandemia. Trata-se de registro histórico da atuação do Poder Judiciário Trabalhista de Santa Catarina, de forma totalmente remota, durante a crise sanitária gerada pela pandemia da Covid-19.



*Estande da atuação do TRT-SC durante a pandemia*



# *Agenda 2030*

# Laboratório de inovação integra Agenda 2030 ao TRT-SC

*Propósito do Liods-TRT12 é buscar soluções para problemas complexos com foco nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*

Com o intuito de impulsionar a inovação e integrar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) à Justiça do Trabalho catarinense, a Administração do TRT-SC instituiu em agosto de 2020 o [Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(Liods-TRT12\)](#), por meio da [Portaria Presi 246/2020](#).

O Liods tem como objetivo principal apoiar a Administração na solução de problemas complexos enfrentados pela JT, com foco especial nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o planeta. Eles constam da Agenda 2030, documento da ONU assinado por 193 países, incluindo o Brasil. O Laboratório não se limita a um espaço físico dentro da sede do TRT-SC, mas abrange também ambientes virtuais, metodologias, pessoas e ações que impulsionem a inovação.

Entre os sete eixos que orientaram as ações do Liods estão a sensibilização, a prospecção e o hub de conhecimento. A sensibilização consiste em práticas para o fomento de uma cultura de inovação e sustentabilidade no serviço pú-



*Além de contar com espaço físico planejado, Liods prevê também atividades em ambientes virtuais*

blico. Já a prospecção é caracterizada pelo mapeamento de soluções criativas e sustentáveis internas e externas à instituição, enquanto o hub de conhecimento é um espaço para a realização de eventos com foco nas soluções para os desafios da Justiça trabalhista.

Tudo isso deverá acontecer de maneira multidisciplinar, colaborativa, compartilhada, transparente, com estímulo à criatividade e ao desenvolvimento sustentável.

“O Laboratório atende a uma necessidade do

---

*“No mundo atual é imprescindível a adoção de novas formas para resolver os problemas organizacionais, alinhadas aos objetivos da ONU para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade” Des. Lourdes Leiria*

---

mundo atual, em que a Justiça do Trabalho apresenta questões complexas, para as quais as soluções tradicionais não produzem mais resultados satisfatórios. Por isso é imprescindível a adoção de novas formas para resolver os problemas, alinhadas com os objetivos da ONU para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade”, avalia a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria.

No mesmo dia, 11 de agosto de 2020, houve a publicação da [Portaria Presi 247/2020](#), que criou o Programa de Inova-

ção e Sustentabilidade do TRT-SC e seu comitê interdisciplinar.

O Comitê é composto por um grupo gestor e outro técnico. O primeiro delibera sobre as diretrizes do Programa e é coordenado pelo presidente do TRT-SC; o técnico é responsável pela gestão operacional do Liods-TRT12 e tem a liderança do juiz coordenador do Comitê Gestor de Sustentabilidade. Também integram o Comitê Interdisciplinar o vice-presidente e o corregedor do TRT-SC, magistrados, diretores da área administrativa e servidores de diversas áreas.

## O que é a Agenda 2030?

A [Agenda 2030](#) prevê ações globais em prol da erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, acesso à Justiça, segurança pública e da promoção de uma sociedade mais pacífica, empoderamento da mulher, erradicação do trabalho infantil, entre outros. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, os ODS, sendo que o de número 16 faz referência direta à Justiça: Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu a Agenda 2030 dentre as metas do Poder Judiciário (meta 9). No caso da JT, o ODS escolhido para a integração à Agenda é o de número 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. [A meta foi cumprida em outubro de 2020.](#)

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



# Juízes superam o plano de ação proposto para alcançar a Meta 9 do CNJ

Os juízes do trabalho de SC superaram amplamente o plano de ação proposto para alcançar a Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Poder Judiciário, por meio de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios.

Dentre os 17 Objetivos, a Justiça do Trabalho escolheu para dar maior ênfase em suas ações o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Com base nele, foi elaborado plano de ação para o cumprimento da Meta 9 do CNJ. Na fase de elaboração, buscou-se através de dados estatísticos os assuntos mais recorrentes em ações trabalhistas e que melhor tivessem relação com o ODS escolhido.

Chegou-se, então, ao assunto acidentes do trabalho e doenças profissionais. Em junho, uma equipe multidisciplinar fez o levantamento de 874 processos sobre o tema, ajuizados até 2019 e que estavam pendentes de julgamento em 31 de maio de 2020.

Definiu-se, então, que pelo menos 30 das 60 varas deveriam incluí-los em pauta, com meta de julgamento de 10% do acervo, ou seja, 88 processos. Os dois objetivos foram superados: todas as 60 varas pautaram os processos, obtendo um índice de julgamento de 43%, ou seja, 377 processos. E com um detalhe: as atividades estavam sendo realizadas de forma remota no Tribunal desde março de 2020, para evitar a disseminação da Covid-19.

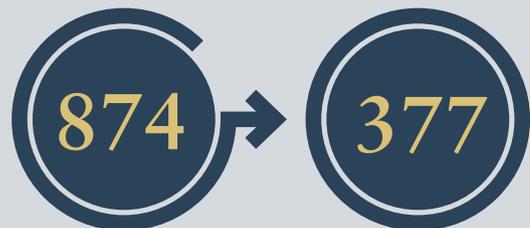
## Reconhecimento pelo êxito

O desembargador Amarildo Carlos de Lima, corregedor do TRT-SC, ressaltou a importância do resultado obtido. “Apesar do momento de dificuldade vivido pela pandemia da Covid-19, conseguimos total adesão dos nossos juízes do

## Como foi cumprida a Meta 9\*

Processos pendentes até maio/2020

Processos julgados em 5 meses



Índice de julgamento: **43%**

\* A meta consistia em julgar 10% dos processos pendentes envolvendo acidentes de trabalho

*“Apesar do momento de dificuldade vivido pela pandemia da Covid-19, conseguimos total adesão dos nossos juízes do trabalho, que, com o apoio da equipe de servidores, entenderam a necessidade cada dia maior e premente de integrar a atividade humana ao desenvolvimento sustentável”*

*Des. Amarildo Carlos de Lima*

trabalho, que, com o apoio da equipe de servidores, entenderam a necessidade cada dia maior e premente de integrar a atividade humana ao desenvolvimento sustentável”, destacou.

Para parabenizar os juízes pelo feito, o correge-

dor e o gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina, desembargador Roberto Guglielmetto, encaminharam um ofício às unidades enaltecendo seus esforços e empenho.

## Plano de ação foi apresentado durante encontro ibero-americano

O plano de ação traçado pelo TRT-SC para cumprir a Meta 9 foi detalhado em um vídeo gravado pela presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, e apresentado durante o 2º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, promovido pelo CNJ.

O evento foi realizado por videoconferência, em agosto de 2020, e teve como propósito discutir a institucionalização, no Poder Judiciário, dos ODS da Agenda 2030.

Entre os participantes estavam representantes da cúpula de países Ibero-Americanos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, além de outros membros do CNJ e convidados.

Durante o encontro foram exibidos vídeos enviados por diversos tribunais apresentando como cada um deles implementou a Meta 9. O vídeo produzido pelo TRT-SC pode ser acessado em seu canal [www.youtube.com/justicadotrabalhosc](http://www.youtube.com/justicadotrabalhosc).



*Evento discutiu a institucionalização da Agenda 2030 no plano estratégico do Judiciário*

# Conselheira do CNJ parabeniza TRT-SC por cumprimento de meta vinculada a ODS

Durante sua participação no 3º Módulo Telepresencial da Escola Judicial de 2020, realizado em novembro daquele ano, a conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Maria Tereza Uille Gomes falou sobre a inédita institucionalização da Agenda 2030 no Judiciário brasileiro, trazendo uma retrospectiva de como essa incorporação começou a ser operacionalizada pelos tribunais.

De acordo com a conselheira, que é presidente da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, o Judiciário brasileiro foi o primeiro no mundo a institucionalizar a Agenda 2030. Essa integração foi materializada por meio da [Meta 9](#), aprovada em novembro de 2019 durante o 13º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

“Parabenizo imensamente o TRT-SC pela superação da Meta 9. Tanto a Presidência, a Corregedoria, os órgãos da Administração, mas sobretudo os magistrados, servidores e colaboradores que permitiram o resultado. Recebam o nosso reconhecimento e o agradecimento”, elogiou Maria Uille.

A conselheira também elogiou a criação do [Liods-TRT12](#), definido por ela como um gran-



*Maria Tereza Uille (e) fez elogio durante evento da Escola Judicial*

de ambiente de criatividade, inovação, ideias e capaz de proporcionar para magistrados, servidores, colaboradores e convidados externos um espaço horizontal para diálogo e pensamento sobre a Agenda 2030.

A conselheira ainda agradeceu ao TRT-SC por ter contribuído e sido o Tribunal piloto na Justiça do Trabalho para desenvolvimento de um projeto do CNJ relacionado ao ODS nº 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A contribuição contou com a participação do juiz gestor estratégico de metas e coordenador operacional do Liods-TRT12, Roberto Masami Nakajo.

## Portal do CNJ também destacou alcance da meta

Além do elogio da conselheira do CNJ, o esforço empreendido pelo TRT-SC para cumprir a meta 9 foi destaque no portal do Conselho. As boas práticas adotadas para cumprir o objetivo de integrar, por meio de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Poder Judiciário foram destacadas em [matéria publicada no portal do Conselho](#), em outubro de 2020.

A notícia ressaltou que o plano de ação do

TRT-SC contemplou os ODS 8, relativo a trabalho decente e crescimento econômico, e 3, que aborda saúde e bem-estar. Foram citadas ainda as implantações do Comitê Interdisciplinar de Integração da Agenda 2030 e do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Liods-TRT12), além da atuação do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem em Santa Catarina.

# Certificado premia ideias e boas práticas voltadas à Agenda 2030

*Ao todo, foram 60 inscrições nas quatro categorias do prêmio: direitos humanos, sustentabilidade, inovação e governança e transparência*

A presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, assinou em agosto de 2020 a [Portaria Presi 267/2020](#), criando o Certificado Agenda 2030. O objetivo é premiar anualmente as melhores ideias e boas práticas aplicadas por magistrados, servidores e unidades judiciárias relacionadas à incorporação da Agenda 2030 da ONU ao Tribunal.

O prêmio foi criado com as categorias Direitos Humanos, Sustentabilidade e Inovação. Na segunda edição, realizada em 2021, foi acrescida a categoria “Governança e Transparência”. Quatro eixos norteiam os critérios para premiação: atividade jurisdicional, sustentabilidade, transparência/ governança e inovação.

Uma [solenidade virtual](#) realizada em 11 de dezembro de 2020, no aniversário de 39 anos do TRT-SC, divulgou os vencedores da primeira

edição. Ao todo, foram recebidas 39 inscrições de magistrados, servidores e unidades judiciárias. [Na edição de 2021](#), foram 21 inscrições. Confira os vencedores de [2020](#) e [2021](#).

Em cada uma das categorias foram premiados as três melhores boas práticas ou projetos relacionados aos quatro eixos de atuação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Liods-TRT12. As unidades também foram premiadas, de acordo com a pontuação acumulada pelos magistrados e servidores nelas lotados.

A análise do material é feita por uma Comissão Avaliadora composta por sete membros, ocupantes de cargos estratégicos da instituição (nos termos dos arts. 6º e 7º da Portaria 267/2020). Entre os requisitos a serem avaliados estão a efetividade, eficiência, simplicidade e desburocratização da ideia ou boa prática.



*Junto à presidente Lourdes Leiria, compuseram a mesa virtual do evento o corregedor regional, Amarildo Carlos de Lima, o gestor estratégico de metas, juiz Roberto Nakajo, o diretor-geral, Dilcionir Furlan, e o diretor de Gestão de Pessoas, Luiz Auro Beckhauser*



# AGENDA 2030 no TRT12

## Pessoas em vulnerabilidade social passam a ter atendimento e pauta preferenciais

A Corregedoria recomendou que os juízes do TRT-SC estabeleçam em suas unidades o atendimento preferencial e prioridade no agendamento de pautas de processos que envolvam pessoas em manifesta situação de vulnerabilidade social. A medida consta da [Recomendação CR 01/21](#), publicada em abril de 2021.

O texto elenca como beneficiários as pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes, crianças e adolescentes. Além desses grupos, o documento também recomenda a inclusão prioritária em pauta de processos que tratem de atos de discriminação por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade e assédio sexual.

A recomendação se baseou numa sugestão das juízas Desirré Bollmann e Indira Socorro, que desde janeiro de 2021 vêm adotando a sistemática na 5ª Vara do Trabalho de Florianópolis. A ideia foi premiada na primeira edição do Certificado Agenda 2030, iniciativa do TRT-SC que homenageia e divulga propostas de magistrados e servidores que possam auxi-

liar o órgão a incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

“Nossa intenção foi tentar humanizar o atendimento e amparar pessoas fragilizadas num momento de especial dificuldade”, afirma Desirré Bollmann, explicando que a unidade faz um estudo prévio de todos os processos.

Essa triagem, segundo ela, permite que a unidade possa atender casos mais delicados em horários reservados, resguardando as partes envolvidas em acusações de assédio sexual, por exemplo. Nessas situações, a juíza também permite que os envolvidos prestem seus depoimentos separadamente.

---

*Iniciativa partiu de duas juízas e foi premiada no Certificado Agenda 2030 do TRT-SC*

---

# Campanha nas redes sociais divulga desenhos premiados para alertar contra trabalho infantil

O TRT-SC promoveu, em 2020, uma ação nas redes sociais para marcar o mês de luta contra uma das principais chagas de nossa sociedade: o trabalho infantil. De 1º a 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, foram exibidos nos perfis do Instagram e do Facebook do órgão 12 desenhos das crianças mais bem classificadas em um concurso organizado no ano anterior pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, mantido pela Justiça do Trabalho.

Com o tema “Criança não trabalha: lugar de criança é na escola”, o concurso teve mais de mil trabalhos inscritos. Os desenhos foram feitos por alunos do quarto ano matriculados em escolas da rede pública de ensino de sete municípios, pertencentes a cinco circunscrições da Justiça do Trabalho: Águas Mornas, Braço do Norte, Itajaí, Joaçaba, Maracajá, Palhoça e São Joaquim. O mesmo concurso foi realizado em 2018 em outros 11 municípios.

O Programa foi instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em novembro de 2013. Tem por objetivo desenvolver ações permanentes para auxiliar na erradicação do trabalho infantil e na adequada profissionalização do adolescente. Em Santa Catarina, é composto por duas gestoras regionais e 11 gestores auxiliares.

Os dados mais recentes sobre trabalho infantil foram coletados pela PNAD Contínua sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, realizada em 2019 pelo IBGE. Eles revelam que, naquele ano, havia no Brasil cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. Destes, 463 mil trabalhavam em atividades de autoconsumo, como é o caso da agricultura familiar.



---

*As ações de combate ao trabalho infantil estão relacionadas com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 da Agenda 2030, que é o de reduzir as desigualdades*

---

“A situação atual é de uma crise sem precedentes. Os adultos estão perdendo seus empregos, as empresas enfrentam dificuldades econômicas e as aulas presenciais das crianças e adolescentes continuam indefinidas. Mesmo diante dessas dificuldades, devemos evitar situações que induzam ao trabalho infantil, não podemos admitir exceção neste tema. Devemos manter nossas crianças e adolescentes em segurança e focados na educação para superarmos no futuro todos os entraves causados por essa crise”, afirma a presidente do TRT-SC e inte-

grante do Comitê Gestor Nacional do Programa, desembargadora Lourdes Leiria.

## Infância sem afeto

Conforme dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde, de janeiro de 2007 a julho de 2019 foram registrados no Brasil mais de 45 mil acidentes de trabalho com crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, sendo 27 mil graves. No mesmo período, 662 crianças perderam uma das mãos devido às condições de trabalho e 268 morreram.

De acordo com a gestora regional do Programa, desembargadora Teresa Regina Cotosky,

dados apontam o serviço doméstico como uma das formas mais utilizadas na exploração da mão de obra infantil no Brasil, sendo que Santa Catarina, nesse aspecto, não destoia do cenário nacional.

“As crianças expostas a essa condição são alijadas do convívio familiar e social e na maioria das vezes nem sequer frequentam a escola. Passam pela infância sem o afeto familiar, sem contato com brincadeiras, sem interação social e privadas do acesso à educação, todas condições básicas e fundamentais para a formação de um indivíduo pleno, saudável e com melhores condições de enfrentar os desafios da vida adulta. Resumindo, é como se essas crianças fossem invisíveis”, afirma a desembargadora do TRT-SC.

## Causa institucional

Em 2021, a Administração do Tribunal realizou a troca dos adesivos transparentes que estampam as entradas dos fóruns e varas do trabalho em todo o estado com referências aos programas institucionais Combate ao Trabalho Infantil e Trabalho Seguro. Eles foram instalados originalmente em 2015, mas a maioria estava descolando e apresentando desbotamento das cores.

A plotagem teve uma diferença em relação à de seis anos atrás. Na época, foram criadas 15 artes para cada programa (30 no total), sendo que metade das unidades ficou com o Combate ao Trabalho Infantil, e a outra, com o Trabalho Seguro. Desta vez, a mesma arte incluiu os dois programas no adesivo, dando uma dimensão mais completa sobre a atuação da Justiça do Trabalho.



Foram criadas 15 novas artes para cada programa do TRT-SC, totalizando 30

# Doação a escolas marca data mundial de luta contra o trabalho infantil

Em 12 de junho, anualmente, é celebrado o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, quando são realizadas ações em diversos países para conscientizar a sociedade sobre os malefícios causados por essa prática. No TRT-SC, não foi diferente.

No dia 9 de junho de 2021, foram entregues 2 mil máscaras de proteção contra o novo coronavírus aos municípios de São José e Palhoça, para serem distribuídas entre os estudantes da rede pública de ensino. A doação foi feita às respectivas Secretarias de Educação e cada município ficou com mil unidades.

As máscaras foram adquiridas com orçamento próprio do Tribunal e seguem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Personalizadas com a logo da instituição, contêm um cata-vento colorido, simbolizando movimento, sinergia e articulação permanentes contra o trabalho infantil. O público-alvo são crianças de 8 a 12 anos.

Para alinhar a distribuição das máscaras nas escolas, a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, gestora nacional representante da região Sul do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da JT, e a vice-presidente, desembargadora Teresa Cotosky, gestora do Programa em Santa Catarina, reuniram-se por videoconferência com as secretárias de Educação dos dois municípios. A orientação foi de que elas fossem direcionadas a crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social, em razão do número limitado.

A ideia surgiu a partir da reflexão do que poderia ser feito pelo Programa durante o cenário de pandemia. “Neste momento, enquanto entidade da rede de proteção, o nosso abraço é oferecer essas máscaras para que as crianças possam usar e estejam protegidas do contágio. Com a ação, nossa mensagem é: vamos todos juntos passar por essa”, assinalou Teresa Cotosky, idealizadora da iniciativa.



*Videoconferência serviu para alinhar estratégia de distribuição nas escolas dos dois municípios*



*Duas mil máscaras de proteção foram doadas às escolas de São José e Palhoça*

A presidente Lourdes Leiria enalteceu a parceria celebrada entre o TRT-SC e as Secretarias de Educação dos municípios. “O combate ao trabalho infantil passa pela atuação das escolas, as primeiras a terem contato com as crianças fora de casa, e que podem identificar se estão trabalhando ou não. É muito importante que atuemos em rede para alcançarmos nosso objetivo”, afirmou a desembargadora, citando ainda que a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou 2021 como o ano-limite para a extinção das piores formas de trabalho infantil no mundo. “Temos muito a fazer e precisamos contar com a atuação de todos. O papel dos educadores é importante, e agradecemos essa parceria”, disse.

# Quiz e jogo de tabuleiro auxiliam professores no combate ao trabalho infantil

*Projeto consiste em capacitar docentes na abordagem do tema em sala de aula, com distribuição de material de apoio*

No biênio 2020/21, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem intensificou a aproximação com as escolas públicas, a fim de ampliar a conscientização da sociedade sobre os malefícios causados pelo trabalho infantil.

O projeto consiste em capacitar professores na abordagem do tema em sala de aula, com a posterior distribuição de materiais de apoio. [O primeiro minicurso foi ministrado](#) em junho de 2021, por videoconferência, pela gestora regional do Programa, desembargadora Teresa Cotosky.

A magistrada falou a docentes de Biguaçu (Grande Florianópolis) sobre legislação e mitos relacionados ao tema, apresentando dois planos de aula simplificados com utilização de materiais produzidos pelo Tribunal. [O segundo minicurso](#), três meses depois e também por vídeo, ficou a cargo da desembargadora Cotosky e da juíza Janice Bastos, que falaram a professores e assistentes sociais de Criciúma, Içara e Araranguá, no Sul do Estado.

Dois dos materiais são o quiz e o jogo de tabuleiro. Voltados a alunos do terceiro e quarto anos, buscam fazer as crianças refletirem sobre a cidadania e o valor da educação de forma lúdica. Além de utilizar linguagem simples, o conteúdo é colorido e repleto de ilustrações.



[Os brinquedos foram entregues](#) na Secretaria de Educação de Biguaçu em agosto de 2021.

## Descontraído e efetivo

“O objetivo é que esse material entre nas escolas e seja utilizado pelos professores e alunos na sala de aula, proporcionando a abordagem do tema de maneira descontraída, mas também efetiva”, assinala a desembargadora Teresa Cotosky.

A iniciativa de oferecer o material à sociedade está alinhada com a incorporação, à Justiça do Trabalho, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, plano de ação da ONU para fortalecer a paz universal por meio da erradicação da pobreza e promoção de vida digna para todos.

---

*Nos minicursos, as magistradas explicam aos professores sobre a legislação e os mitos relacionados ao trabalho infantil*

---

# Programa de Combate ao Trabalho Infantil lança vídeo e cartilha sobre cidadania

Fortalecer a cidadania desde a infância, fazendo com que nossas crianças se tornem adultos cientes de seus direitos e deveres. Esse é o objetivo do vídeo e da cartilha idealizados pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da JT e produzidos pela área de comunicação do TRT-SC.

O lançamento foi realizado pela vice-presidente do Tribunal, desembargadora Teresa Cotosky, em outubro de 2020, durante [webinário sobre os impactos da pandemia nas crianças e adolescentes](#).

O vídeo e a cartilha foram batizados com o nome “[Você sabia? Conversando sobre cidadania!](#)”. Ambos abordam assuntos como organização do Estado brasileiro, direito ao voto e atuação dos três Poderes, com destaque para o papel exercido pelo Judiciário, em especial a Justiça do Trabalho. Além disso, a temática do combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem também aparecem no material.

“Além de aproximar crianças e adolescentes da Justiça do Trabalho, o conteúdo busca despertar a ideia de cidadania, contribuindo também para a conscientização sobre os prejuízos do trabalho infantil”, destacou Teresa Cotosky, que também é gestora do Programa no estado. A desembargadora lembrou que o lan-



Com 20 páginas, cartilha tem atividades e busca despertar a ideia de cidadania

çamento do material foi uma forma de marcar o mês em que se festeja o Dia da Criança e o Dia do Professor.

Para a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, gestora nacional do Programa para a Região Sul, “a iniciativa é mais uma importante ação do TRT catarinense frente ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e vai ao encontro dos objetivos estabelecidos na Agenda 2030 da ONU, alinhada em especial aos ODS 4 e 8, que buscam promover a educação de qualidade e a erradicação do trabalho infantil, respectivamente”.

---

*“Além de aproximar crianças e adolescentes da Justiça do Trabalho, o conteúdo busca contribuir também para a conscientização sobre os prejuízos do trabalho infantil”*

*Des. Teresa Cotosky*

---

# Magistrados alertam sobre segurança do trabalho durante pandemia

As redes sociais do TRT-SC veicularam, ao longo de julho de 2020, vídeos gravados por magistrados alertando sobre a importância de se manter os ambientes de trabalho seguros e saudáveis durante a pandemia. A iniciativa estava relacionada ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lembrado anualmente em 27 de julho.

A intenção dos juízes, todos integrantes do [Programa Trabalho Seguro](#) em SC, foi reforçar a ideia de que os cuidados com a segurança do trabalho não podem ser esquecidos, mesmo no momento em que as preocupações estão voltadas à prevenção do novo coronavírus.

Foram nove vídeos de 2 a 3 minutos, cada um deles tratando de assuntos específicos, como normas regulamentadoras, responsabilidade conjunta, trabalho remoto, trabalho doméstico, frigoríficos e saúde mental. Eles foram exibidos diariamente até 27 de julho.

## 40 mil acidentes

De acordo com o [Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho](#), que utiliza dados do INSS

como referência, Santa Catarina registrou 28,5 mil notificações de acidentes de trabalho em 2020 no setor privado formal, com 104 mortes. Considerando que a média anual de subnotificações chega a 30%, estima-se um total de mais de 40 mil acidentes de trabalho no Estado em 2020. No Brasil, foram 446,9 mil notificações e 1.866 mortes no mesmo ano. Esses números não consideram o setor público ou trabalhadores sem carteira assinada, que atuam informalmente.

“Considero necessário manter o foco na manutenção dos programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. É importante que empregadores e trabalhadores, mesmo neste período de pandemia, cumpram com as normas de segurança e saúde no trabalho”, reforçou o desembargador Roberto Guglielmetto, gestor do PTS no estado.

## Vídeos foram veiculados nas redes sociais do TRT-SC em julho de 2020



**SEGURANÇA DO TRABALHO NA PANDEMIA**

Clique aqui e assista ao vídeo do desembargador Guglielmetto, gestor regional do PTS, postado no Instagram

Roberto Luiz Guglielmetto - Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro  
Desembargador do Trabalho

JUSTIÇA DO TRABALHO  
Tribunal Regional do Trabalho de 13ª Região (SC)

TRABALHO SEGURO  
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho



**SEGURANÇA DO TRABALHO NA PANDEMIA**

Assista à mensagem do gestor regional do PTS para o primeiro grau, juiz Ricardo Jahn, postada no Facebook

Ricardo Jahn - Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro  
Juiz do Trabalho

JUSTIÇA DO TRABALHO  
Tribunal Regional do Trabalho de 13ª Região (SC)

TRABALHO SEGURO  
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

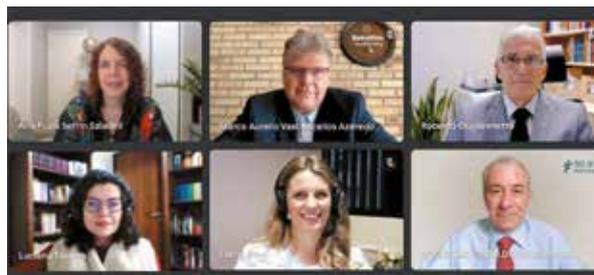
# TRTs do Sul debatem impacto da Covid-19 no trabalho e na saúde mental

*Promovido pelo Programa Trabalho Seguro e pela Escola Judicial do TRT-SC, evento teve transmissão pela internet*

Em setembro de 2021, o TRT-SC promoveu o 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro (PTS) da Região Sul, [realizado de forma on-line](#). O evento foi dividido em dois tópicos, tendo a pandemia como eixo central. Na abertura, o gestor regional do [PTS em Santa Catarina](#), desembargador Roberto Guglielmetto, saudou a todos e passou a palavra ao também desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira (TRT-MG), gestor nacional.

Para Oliveira, as ações dos trabalhadores que contraírem Covid-19 deverão girar em torno de indenizações decorrentes de acidente de trabalho. “Dependendo do grau de risco apurado, entendo inclusive que o magistrado pode aplicar a responsabilidade objetiva do empregador, conforme tese de repercussão geral fixada pelo Supremo em 2019 (Tema 932)”, afirmou.

A segunda parte do evento trouxe um painel sobre saúde mental com profissionais de saúde dos TRTs do Sul, mediado pela juíza Ana Paula Sefrin Saladini, uma das gestoras regionais do PTS do TRT-PR. A primeira a falar foi a psicóloga do TRT-PR Luciana Tavares, que citou ações adotadas pelo órgão, como a elaboração de boletins epidemiológicos com informações sobre contágio de Covid-19 dentro da instituição, a fim de subsidiar as decisões da Presidência.



*Desembargador Sebastião Oliveira (linha de baixo) foi uma das atrações do Encontro*

## Atendimentos por vídeo

Entre as iniciativas do TRT-SC, a chefe da Seção Psicossocial da Coordenadoria de Saúde, psicóloga Elaine Dal Col, destacou os atendimentos psicológicos a distância, que tiveram um grande aumento na procura e foram fundamentais durante todo o período de trabalho remoto integral.

O painel de saúde mental encerrou com a fala do médico cardiologista e intensivista Marco Aurélio Vasconcelos, do TRT da 4ª Região (TRT-RS). Entre as ações do órgão, ele destacou os atendimentos em grupo por videoconferência, conduzidos por psicólogos, para debater questões de saúde mental inerentes ao trabalho a distância.

---

*No TRT-SC, os atendimentos psicológicos a distância aumentaram e foram fundamentais durante o período de trabalho remoto integral*

---

# Lançada cartilha para conscientizar sobre acessibilidade e inclusão

O Comitê de Acessibilidade e Inclusão do TRT-SC lançou em abril de 2021 a cartilha “Acessibilidade e inclusão: caminho para uma sociedade justa e solidária”. O material tem como propósito esclarecer sobre os direitos das pessoas com deficiência, incentivando cada vez mais a inserção delas na sociedade e, em particular, no mundo do trabalho.

A cartilha é composta por 28 páginas. Além de apresentar as normas que abrangem os direitos das pessoas com deficiência, o conteúdo traz dicas sobre a maneira adequada de interagir com elas e as terminologias corretas a serem usadas, entre outros assuntos. O material está disponível em [formato virtual](#), no portal do Tribunal.

A coordenadora do Comitê, juíza Maria Aparecida Jerônimo, destacou que a cartilha foi elaborada com “muito zelo e carinho pelos integrantes do Comitê, com a finalidade de contribuir para a promoção de uma sociedade mais fraterna e inclusiva, compartilhando conceitos atualizados sobre o tema pessoa com deficiência”.

A magistrada ainda ressaltou o intuito do material de “afastar as ideias preconcebidas que vêm dificultando o convívio com pessoas incríveis, unicamente por serem diferentes da maioria, mostrando a forma adequada e respeitosa de interação com elas”.

A presidente Lourdes Leiria destacou a importância da iniciativa. “Promover a inclusão e a inserção de pessoas com deficiência na sociedade é uma das maneiras de alcançarmos um mundo mais justo e igualitário, compromisso assumido pelo TRT-SC”, pontuou a magistrada, referindo-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 da ONU, incorporada ao Poder Judiciário em 2019.



## TRT-SC edita 171 atos relacionados aos ODS

O TRT-SC obteve em 2020 o segundo lugar entre os órgãos do Judiciário com o maior número de atos normativos relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Até abril de 2019, o Tribunal havia editado 171 deles, ficando atrás apenas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com 290. O TRT-SC também obteve o quinto lugar em boas práticas sobre os ODS, com 31 delas.

Os resultados são da pesquisa feita pelo CNJ

sobre a integração das ações do Judiciário com as metas e indicadores dos ODS, que estão previstos na Agenda 2030, um compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil, e coordenado pelas Nações Unidas. São ao todo 17 objetivos e 169 metas, onde estão previstas ações globais em prol da erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, acesso à Justiça, segurança pública e da promoção de uma sociedade mais pacífica, empoderamento da mulher, erradicação do trabalho infantil, entre outros.

*Execução*

# TRT-SC movimentou recorde de R\$ 41 milhões na Semana da Execução

*Edição de 2020 do mutirão promoveu quase 1,2 mil videoconferências de conciliação em todo o estado*

A Justiça do Trabalho de SC conseguiu movimentar um recorde de quase R\$ 41 milhões (R\$ 40.981.558,60) na décima edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada em dezembro de 2020. O evento é anual e promove audiências de conciliação, leilões e bloqueios de bens referentes a processos que estão na chamada fase de execução — quando já existe uma decisão definitiva, mas o trabalhador ainda não recebeu seu pagamento.

Durante cinco dias foram realizadas 1.192 mil tentativas de conciliação por videoconferência, mais do que o dobro de audiências de 2019 (429). De acordo com a Secretaria de Execução, os processos envolvem mais de 3 mil pessoas e os 240 acordos homologados vão garantir o pagamento de R\$ 7,75 milhões em dívidas trabalhistas.

A maior parte dos recursos veio da liberação de mais de mil alvarás que, juntos, possibilitaram aos credores sacar R\$ 20,4 milhões. Outros R\$ 6,1 milhões foram obtidos por meio de bloqueios de bens e valores e a maior parte em contas bancárias, graças ao convênio firmado pela Justiça do Trabalho com o Banco Central.

## Plantão e pesquisa

Uma das novidades bem-sucedidas da edição



de 2020 foi a criação de um plantão para tirar dúvidas a respeito dos convênios. Além de prestar esclarecimentos pontuais, a Sexec recebeu sugestões de melhorias e teve a oportunidade de mostrar aos participantes alguns convênios firmados mais recentemente ou remodelados, que os servidores não conheciam com a necessária profundidade.

Segundo o juiz gestor regional das execuções do TRT-SC, Roberto Masami Nakajo, outra medida importante foi a ampliação do escopo das pesquisas de patrimônio dos devedores. Ele aponta que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial do Tribunal realizou oito varreduras sobre os bens de 108 grandes devedores que, juntos, têm 1,3 mil credores.

# Secretaria criada para impulsionar execução arrecada mais de R\$ 82 milhões

O TRT-SC deu um passo importante em janeiro de 2020 para alcançar mais efetividade na fase de execução processual, ou seja, quando se busca a cobrança da dívida trabalhista determinada por sentença judicial da qual não cabe mais recurso. Colocando em prática uma diretriz que já havia antecipado [em seu discurso de posse](#), a presidente Lourdes Leiria criou a Secretaria de Execução (Sexec), coordenada pelo gestor regional da Execução, juiz do trabalho Roberto Nakajo.

A Sexec funciona como órgão centralizador de execuções, nos termos da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Seu objetivo principal é reunir as execuções contra um grande devedor distribuídas por diversas varas do trabalho, tornando o processo de cobrança judicial mais racional.

Até setembro de 2021, a Sexec havia arrecadado R\$ 82,7 milhões, valor obtido por meio de acordos, bloqueios bancários e leilões. As reuniões em trâmite na Sexec abrangem mais de 3,5 mil ações trabalhistas e afetam cerca de 5,2 mil credores, totalizando uma dívida superior a R\$ 400 milhões. Atualmente, são 190 devedores na mira da Secretaria, incluídas as empresas e seus sócios (pessoas físicas).

Entre as conciliações conduzidas pela unidade, [destacam-se a do Grupo Cipla](#), que beneficiou cerca de 650 trabalhadores em uma ação que tramitava há quase 20 anos, [e a repactuação do acordo da Chapecoense](#) com credores de 24 processos - a maioria familiares das vítimas do acidente aéreo ocorrido em novembro de 2016.

## Investigação de bens

A atuação da Sexec vai além das reuniões de execução e inclui também a pesquisa patrimonial e a prospecção de convênios ju-

---

*Valor foi obtido por acordos, bloqueios bancários e leilões. A atuação da Secretaria envolve ainda reunião de execuções, pesquisa patrimonial e prospecção de convênios judiciais*

---

ciais com outras instituições. Em 2020, foram concluídas 83 pesquisas solicitadas pelas varas do trabalho para encontrar bens de devedores, independentemente do porte da empresa.

Com o atendimento desses pedidos - possível devido à melhor estruturação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) dentro da Sexec - houve o redirecionamento das investigações para os maiores devedores. Em uma delas, [foram localizados bens ocultados e desviados em fraude](#) envolvendo 18 empresas de grupos econômicos distintos.

Como consequência, a Secretaria abriu três regimes especiais de execução forçada (Reef) relativos a 719 processos, cuja dívida consolidada era de R\$ 102 milhões em maio de 2021. O Reef é um procedimento especial em que se busca a expropriação do patrimônio dos devedores para pagar o conjunto dos credores, após esgotadas todas as outras possibilidades legais de cobrança.

Até setembro de 2021, havia nove pesquisas patrimoniais avançadas em andamento no NPP, relacionadas a 172 investigados e à satisfação do crédito de 3.014 credores.



## Execução contra grandes devedores vira foco do Núcleo de Pesquisa Patrimonial

Com a criação da Secretaria de Execução, em 28 de fevereiro de 2020, o foco das ações do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) passou a ser os maiores ou mais frequentes devedores da JT-SC. O redirecionamento do trabalho está previsto na [Portaria SEAP nº 66/2020](#), publicada no início de março de 2020.

Antes, a realização de pesquisas patrimoniais pelo Núcleo acontecia a pedido das varas do trabalho, em processos com dívida superior a R\$ 20 mil, e seguiam uma ordem cronológica a partir do recebimento do pedido. Por orientação do juiz gestor regional da execução, Roberto Masami Nakajo, o NPP finalizou as pesquisas solicitadas até o final de 2019.

Entre os fatores que motivaram a mudança estão os princípios da efetividade, da celeridade processual e os objetivos estratégicos do TRT-SC de impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais e de gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes.

As pesquisas concluídas e em andamento continuam sendo divulgadas aos magistrados pela

intranet, na página do NPP. Com o apoio da Secretaria de Tecnologia de Informação, a Sexec revisa procedimentos e participa de projetos estratégicos a fim de facilitar o acesso às informações pelas unidades, com a cautela necessária em relação aos dados sigilosos. Esse objetivo foi parcialmente atingido pela alteração da forma de tramitação das pesquisas do meio físico para o eletrônico, concretizada no início de 2020.

---

*Um dos fatores que motivaram a mudança é o objetivo estratégico do TRT-SC de gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes*

---

# Justiça do Trabalho soma 30 convênios que agilizam solução de processos em SC

*Cinco novos termos foram firmados no biênio 2020/21, incluindo operadoras de telefonia e federação de lojistas*

O TRT-SC firmou cinco novos convênios judiciais com outras instituições no biênio 2020-21 para auxiliar magistrados e servidores na solução e andamento dos processos. Ao todo, já somam 30 os termos desta natureza em vigor, cuja responsabilidade de prospectar e administrar passou a ser da Secretaria de Execução desde sua implantação, em janeiro de 2020. A contabilização é até 29 de outubro, data de fechamento desta publicação.

O primeiro deles foi com o Colégio Registral Imobiliário de Santa Catarina (Cori-SC) para localização de imóveis, solicitação de certidões e protocolo de documentos. Em maio de 2021, o Cori-SC abrangia 125 dos 129 registros de imóveis de Santa Catarina

O segundo foi com [a Federação Catarinense dos Dirigentes Lojistas \(FCDL\)](#) para pesquisa de endereços e telefones dos devedores trabalhistas. O convênio permite ainda, a pedido do credor, a solicitação de inscrição ou cancelamento do devedor no cadastro de inadimplentes (SPC), por meio do sistema da FCDL.

## Avaliação de bens penhorados

O acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça catarinense (TJ-SC), por sua vez, permite aos magistrados o acesso a dados do Sistema e-Proc. Além de possibilitar a visualização de processos na íntegra, contribuindo para a redução do envio de ofícios, a iniciativa proporciona agilidade nas buscas de bens e direitos dos executados e na obtenção de outras informações úteis, como a avaliação de bens penhorados.

Dois convênios foram assinados em agosto com as operadoras de telefonia TIM e Vivo

---

*Os convênios firmados com as operadoras de telefonia permitem a consulta a dados atualizados dos clientes e a informações de localização fornecidas pelas Estações Rádio Base*

---

para consulta a dados dos clientes e a informações das estações rádio base (ERB) das empresas - antenas e torres de celulares. São as ERB que fazem a conexão entre os dispositivos móveis e a companhia telefônica, gerando dados valiosos que podem ser solicitados pelos magistrados, como localização da parte, relatórios de utilização da linha telefônica, conexão à internet e formas de pagamento, por exemplo.

Outra vantagem dos convênios com as operadoras de telefonia é que os proprietários de linha telefônica costumam manter suas informações cadastrais atualizadas, inclusive os endereços de cobrança, o que facilita a localização dos devedores trabalhistas para efeito de notificações.

O termo com a Junta Comercial também foi ampliado e disponibilizado a todas as varas do trabalho. Ele permite a consulta on-line aos contratos sociais de empresas de Santa Catarina, após busca que pode ser realizada por filtros como nome da empresa, CNPJ, nome ou CPF do sócio e nome fantasia.

# Secretaria de Execução cria painel que converte dados do Google em provas digitais

Novidade na Justiça do Trabalho, as provas digitais muitas vezes são geradas em formato de linguagem de programação, necessitando de conversão para que possam ser compreendidas e efetivamente aproveitadas nos autos.

Pensando nisso, a Seção de Provas Digitais, vinculada à Secretaria de Execução, criou uma solução que faz esse trabalho para uma fonte de provas cada vez mais utilizada pelos magistrados: os dados de localização das contas Google.

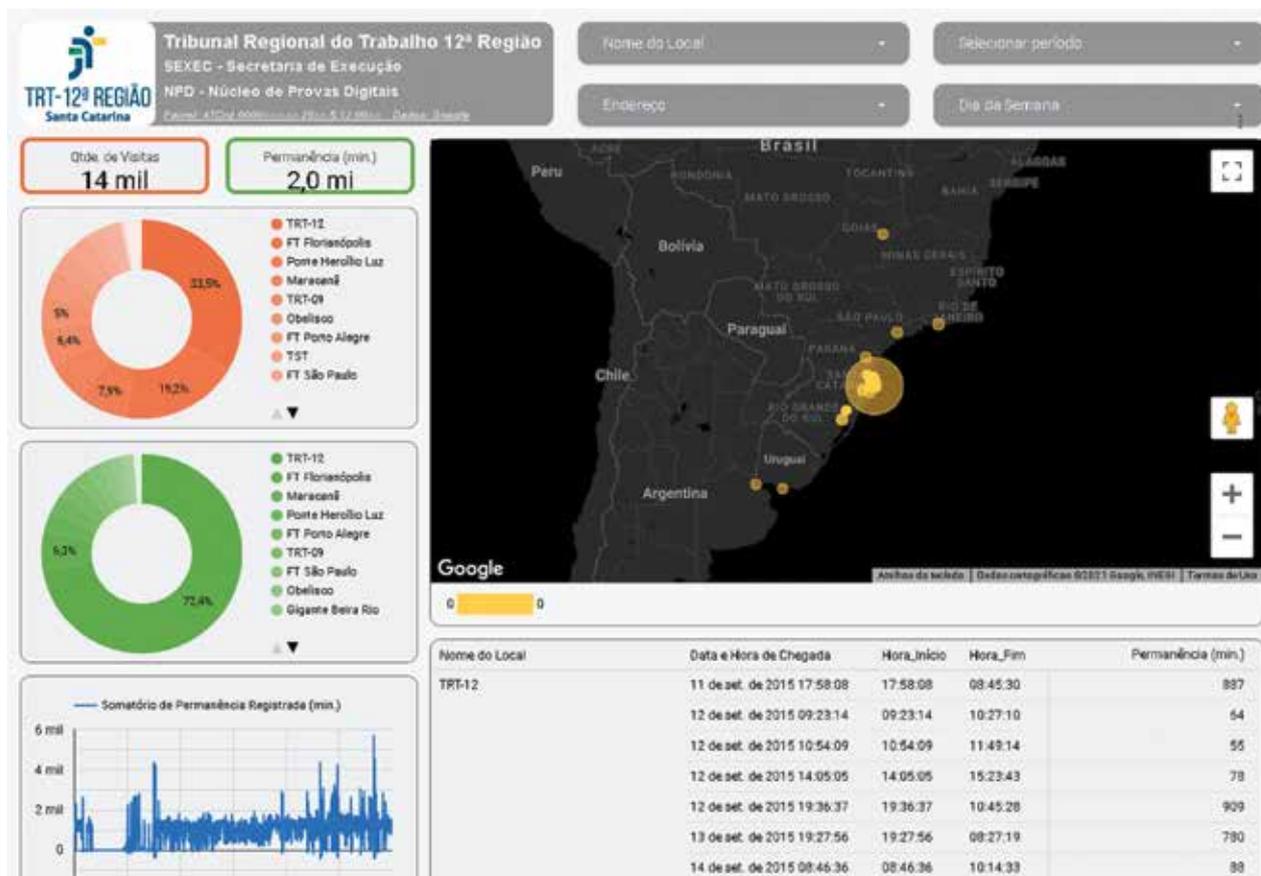
Esses dados mostram todos os lugares por onde circulamos ao longo do dia. Então, quem tem um celular com internet (seja wi-fi ou pacote de dados) e uma conta no Google terá, consequentemente, suas informações de localização armazenadas pela gigante da internet.

Para a Justiça do Trabalho, a vantagem é que esses dados podem ser utilizados como prova

digital de jornada, vínculo de emprego, bem de família, entre outros, seja na fase de conhecimento ou execução de um processo. O usuário pode fornecê-los espontaneamente, ou o magistrado pode enviar uma ordem ao Google determinando o compartilhamento dessas informações.

A ferramenta foi batizada de Painel Google Takeout Localização e é operada pela Seção de Provas Digitais, sob demanda de magistrados e varas do trabalho. A equipe da Seção faz a conversão, e a ferramenta gera um relatório “amigável” e um link para um painel em formato de mapa com quatro filtros de localização, de acordo com o escopo da análise: período, endereço, dia da semana e nome do local.

Os dados de localização podem ser utilizados como prova digital de jornada, vínculo de emprego, bem de família, entre outros, seja na fase de conhecimento ou execução de um processo.



Ferramenta tem quatro filtros de pesquisa: local, período, endereço e dia da semana



*Saúde e  
Qualidade de Vida*



## Coordenadoria de Saúde inova com atendimentos psicológico e médico a distância

A Coordenadoria de Saúde do TRT-SC inovou adotando o atendimento on-line tanto na área da psicologia (Consultório Virtual) quanto na da medicina.

Os atendimentos com as psicólogas são feitos pelo Google Meet ou outra plataforma com a qual o paciente tenha mais familiaridade. Começaram em janeiro de 2020 e compreendem entrevistas de orientação e acompanhamento psicológico, preparação para aposentadoria, acompanhamento da qualidade de vida no trabalho, manejo do estresse, fatores de risco e proteção psicossocial no ambiente de trabalho.

---

*Projeto de telemedicina do TRT-SC foi desenvolvido no Liods-TRT12 e está alinhado à Agenda 2030 da ONU*

---

Vale destacar que, apesar do atendimento a distância ser autorizado pelo Conselho Federal de Psicologia ([Resolução 11/2018](#)), também há vedações. Não é permitido o atendimento de pessoas e grupos em situação de emergência, desastres, em situação de violação de direitos ou de violência.

### Telemedicina

A telemedicina foi instituída em fevereiro de 2021 pela [Portaria Presi 47/21](#). O projeto foi desenvolvido no [Liods-TRT12](#) e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente os de número 3 (Saúde e Bem-Estar) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

Também está de acordo com a Lei 13.989/20 e a Resolução 1.643/02, do Conselho Federal de Medicina - ambas as normas dispõem sobre o uso da telemedicina. Ao todo, foram atendidos 486 pacientes de 5 de fevereiro a 31 de outubro por essa modalidade.

# Medidas sanitárias garantem retorno seguro ao trabalho presencial

A Administração adotou uma série de medidas de segurança sanitária para garantir o retorno ao trabalho presencial com mais tranquilidade, iniciado de forma gradual em junho de 2021. Elas abrangem principalmente a distribuição de equipamentos de proteção e a reorganização dos espaços para garantir o afastamento necessário entre as pessoas.

Três equipes da Secretaria Administrativa do TRT-SC e áreas vinculadas visitaram as unidades judiciárias do estado, num total de 30 municípios, para fazer esse trabalho.

Os pisos e elevadores foram demarcados com fita zebra, a fim de manter o distanciamento seguro entre as pessoas. Os postos de trabalho, as salas de audiências e de espera, por sua vez, foram redesenhados para garantir o mesmo afastamento, com assentos e mesas também demarcados.

Foram instalados dispensers e totens de álcool em gel em todos os fóruns, varas únicas e Tribunal, nos locais de maior circulação de público. Também foram adquiridos tapetes sanitizantes para higienização dos calçados na entrada de todos os imóveis.

## Higienização e sanitização

As equipes espalharam cartazes com orientações sobre como prevenir o contágio pela Covid-19, além de distribuírem equipamentos de proteção individual aos servidores, magistrados e estagiários e insumos para a higienização dos ambientes, conforme orientações da Coordenadoria de Saúde.

Ao entrar no Tribunal e nas varas, cada pessoa tem sua temperatura aferida pelos agentes de segurança da instituição ou por recepcionistas contratados. Estando superior ou igual a 37,5 graus, a entrada será proibida. Também não é admitido o ingresso de pessoas que estejam utilizando a máscara incorretamente.

Os imóveis ocupados pela Justiça do Trabalho foram sanitizados, buscando eliminar até 98% dos microorganismos nocivos à saúde.



# Comissões buscam prevenir e enfrentar assédios moral e sexual em 1º e 2º graus

*Iniciativa está alinhada com as políticas nacionais sobre o tema no âmbito do Poder Judiciário*

Com o objetivo de garantir ambientes de trabalho dignos e harmônicos, o TRT-SC criou em maio de 2021 [duas comissões de prevenção e enfrentamento de assédio moral e sexual](#), uma para cada grau de jurisdição.

Elas são um desdobramento da [Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral do TRT-SC](#), que por sua vez está alinhada às políticas nacionais sobre o tema no âmbito do Judiciário (Resolução CNJ 351/2020) e da Justiça do Trabalho em particular (Resolução CSJT 237/2019).

Além de fiscalizar o cumprimento da política regional, as comissões têm como algumas de suas atribuições: contribuir para o diagnóstico das práticas de assédio moral e sexual; solicitar relatórios, estudos e pareceres aos órgãos e unidades competentes; sugerir medidas de prevenção, orientação e enfrentamento do assédio; representar aos órgãos disciplinares, por canais próprios, a ocorrência de retaliação contra quem denuncia uma prática de assédio; alertar sobre a existência de ambiente, prática ou situação favorável ao assédio.

As comissões de prevenção e enfrentamento do assédio não possuem caráter disciplinar e,

por isso, não substituem as comissões de sindicância e os processos administrativos disciplinares. O TRT-SC conta com canal específico para receber denúncia de assédio, que pode ser feita pelo e-mail [assedio@trt12.jus.br](mailto:assedio@trt12.jus.br) ou ainda pela Ouvidoria ([ouvidoria@trt12.jus.br](mailto:ouvidoria@trt12.jus.br)).

## Dando exemplo

Autora de tese e livro sobre os reflexos do assédio sexual na saúde dos trabalhadores, a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, acredita que a questão precisa ser enfrentada com firmeza pela Justiça do Trabalho.

“Analisamos cotidianamente nos processos judiciais alegações de assédio no trabalho. É importante estarmos atentos para que isso não ocorra dentro da instituição. Com essas comissões, que são multifacetadas e contam inclusive com servidores e magistrados eleitos entre os pares, advogados e procuradores do trabalho, queremos identificar melhor o problema para eliminá-lo em sua origem”, afirma a presidente.

---

*As comissões de prevenção ao assédio não possuem caráter disciplinar e, por isso, não substituem as comissões de sindicância e os processos administrativos disciplinares*

---

# Comissão promove webinar sobre assédios moral e sexual no Judiciário

Em setembro de 2021, o TRT-SC promoveu o webinar “Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Poder Judiciário”, transmitido ao vivo pelo [canal do YouTube do Tribunal](#). As expositoras foram a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, e a professora doutora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Lis Andrea Pereira Soboll.

A iniciativa foi da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, em parceria com a Escola Judicial (Ejud12) e o Serviço de Educação Corporativa (Seduc) do TRT-SC. A mediação ficou por conta da vice-presidente do Tribunal, desembargadora Teresa Cotosky, e do presidente da Comissão para o 1º Grau, juiz Armando Luiz Zilli.

A desembargadora Lourdes Leiria abordou o tema assédio sexual. De acordo com ela, “trata-se de uma prática inaceitável, de natureza sexual, capaz de causar danos físicos, psicológicos ou econômicos à vítima”, explicou a autora da obra “Assédio Sexual Laboral: Agente Causador de Doenças do Trabalho – Reflexos na Saúde do Trabalhador”, resultado de suas pesquisas para especialização e doutorado.

A desembargadora lembrou ainda que a erradicação do assédio sexual no trabalho está alinhada à [Agenda 2030](#), plano de ação global para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos.

## Respeito nas relações

A professora Lis Soboll falou sobre assédio



Evento foi transmitido pela internet: em sentido horário, a partir da esquerda, Lourdes Leiria, Lis Soboll, Armando Zilli e Teresa Cotosky

moral, destacando sobre a importância de preveni-lo e lembrando que esse tipo de violência está mais propício a acontecer em ambientes de trabalho onde faltam o respeito e a dignidade.

“O trabalho que traz sentido é aquele que permite a expressão de ‘nós mesmos’. O problema é quando essa dimensão não tem espaço para existir, quando a marca pessoal não é valorizada ou fica limitada a regras, ao olhar do outro. Então o assédio, a hostilização e a pressão exagerada acabam sendo recursos para gerar o resultado”, afirmou.

---

*“O trabalho que traz sentido é aquele que permite a expressão de ‘nós mesmos’. O problema é quando essa dimensão não tem espaço para existir” Lis Soboll*

---



*Cenacult foi responsável pela doação de 400 cestas básicas*

## Campanha solidária arrecada mais de quatro toneladas de alimentos

Cerca de quatro toneladas de alimentos não perecíveis e 160 quilos de roupas de inverno. Esse foi o resultado da Campanha do Agasalho de 2021, que abriu doações não apenas para itens de frio, mas também para alimentos, em razão da crise econômica causada pela pandemia.

Dados divulgados no final de 2020 pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 apontaram que, das 211,7 milhões de pessoas que

viviam no Brasil naquele ano, 116,8 milhões (55%) sofreram algum grau de insegurança alimentar - 19 milhões passaram fome, 90% a mais que em 2018.

Duas instituições foram beneficiadas: a Sociedade de Assistência Social e Educacional Ceilero do Amor, na Palhoça, e a Fraternidade São Francisco das Chagas da Ordem Franciscana Secular, em Florianópolis. Somente o Centro Artístico e Cultural da Justiça do Trabalho (Cenacult), entidade sem fins lucrativos composta principalmente por servidores e magistrados da JT-SC, doou 400 cestas básicas.

O diretor-geral do Tribunal, Dilcionir Furlan, reforçou que iniciativas como essa são sempre importantes, mas neste ano tornaram-se ainda mais necessárias. “Diante da pandemia da Covid-19, ficou claro que famílias em vulnerabilidade social sentiram ainda mais dificuldades em conseguir o básico para viver. Por isso, uma pequena contribuição já pode fazer uma grande diferença para muitas pessoas”, pontuou o servidor, que parabenizou a todos os envolvidos na ação.



*Representantes das instituições beneficiadas, do Tribunal e do Cenacult durante entrega de 200 cestas básicas no hall do TRT-SC*



*Atuação  
Institucional*



Com 1,5 mil servidores e magistrados, Instituição conta com 60 varas do trabalho em 30 municípios

## 40 anos do TRT-SC: uma trajetória de desafios e superação

Dois mil e vinte e um marcou os 80 anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil e os 40 anos do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Hoje, o TRT-SC conta com 60 varas do trabalho distribuídas em 30 municípios e movimenta mais de 1,5 mil servidores e magistrados.

Para comemorar a data, a Secretaria de Comunicação Social produziu um vídeo com a evolução do TRT, marcada por desafios e superações, e que está ancorado na página da Memória do Tribunal.

O roteiro percorre os 40 anos da instituição,

retrata a evolução em todos os aspectos, estrutura física, pessoal e tecnológica. Neste período, a Justiça do Trabalho migrou da máquina de escrever para o processo digital.

Questões orçamentárias desafiaram os gestores a otimizar recursos, reduzir gastos e compartilhar espaços, como a instalação do primeiro coworking do Poder Judiciário.

“O TRT-SC avança de forma arrojada rumo ao futuro, sempre focado na excelência da prestação jurisdicional em benefício do cidadão catarinense”, ressalta a presidente Lourdes Leiria.

---

*“O TRT-SC avança de forma arrojada rumo ao futuro, sempre focado na excelência da prestação jurisdicional em benefício do cidadão catarinense”*

*Des. Lourdes Leiria*

---

# Juízes realizam 100 mil audiências telepresenciais

*Número considera os atos praticados totalmente de forma remota ou híbrida, quando há pelo menos uma pessoa sendo ouvida por videoconferência. Total de ações julgadas chegou a 112 mil*

As Varas do Trabalho de Santa Catarina realizaram 100,5 mil audiências telepresenciais de 16 de março de 2020, quando tiveram início as medidas restritivas relacionadas à pandemia da Covid-19 no TRT-SC, a 30 de setembro de 2021, último mês antes do fechamento desta publicação.

Desse total, 79,7 mil foram realizadas de forma 100% remota, em que todos os atores participam por videoconferência. O restante foi de forma híbrida, ou seja, combinando os participantes nas formas presencial e remota.

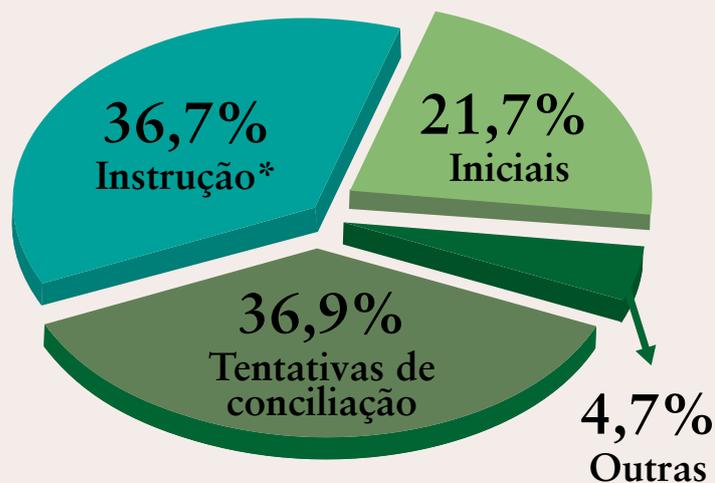
Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão e consideram todos os tipos de audiências: iniciais, unas, de conciliação (inclusive na fase de execução), de instrução e encerramento.

Após a suspensão do atendimento presencial no TRT-SC, as audiências foram sendo retomadas gradualmente, com a ajuda de meios eletrônicos e telepresenciais. Se considerarmos apenas as de instrução, chega-se a 36,9 mil, incluídas as audiências unas, quando o juiz realiza a inicial e a de instrução juntas.

As instruções foram suspensas no início da pandemia e retomadas por videoconferência em 25 de maio de 2020, conforme autorizado pelo CSJT. As audiências de conciliação, nas fases de conhecimento e de execução, foram restabelecidas anteriormente e representaram, respectivamente, 28,8% e 8,1% do total.

Também houve a necessidade de adaptação de

## 100,5 mil Audiências telepresenciais 16.03.2020 a 30.09.2021



\*Incluindo as unas, quando o juiz realiza a instrução junto com a inicial

atuação no segundo grau, uma vez que desde 16 de março as sessões colegiadas passaram a ser realizadas de forma telepresencial. Foram ao todo 216 sessões virtuais, nas quais foram julgados 41.531 recursos e ações originárias até 30 de setembro de 2021.

## Nova plataforma

O TRT-SC vai implantar uma plataforma dedicada às audiências híbridas, com previsão de entrega para dezembro de 2021. Em fase de estudos, a contratação irá atender as

60 varas do trabalho. A solução compreende a aquisição de licenças e de equipamentos, atendendo à demanda de melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, priorizada pelo Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao 1º Grau.

## Controle do acervo

Os números extraídos do sistema e-Gestão indicam que os juizes de primeiro grau julgaram quase mil processos a mais do que o total de casos novos distribuídos de janeiro de 2020 a setembro de 2021, último mês antes do fechamento desta publicação. Foram ao todo 111.465 processos distribuídos e 112.428 solucionados no período, o que evitou o crescimento do acervo.

No segundo grau, o desempenho dos desembargadores foi similar ao do primeiro. O total de ações originárias e recursos julgados chegou a 45,8 mil de janeiro de 2020 a setembro de 2021, ante 47,5 mil distribuídos no mesmo período, ou seja, um índice de 96,4% de solução.

Também houve necessidade de adaptação de atuação no segundo grau, uma vez que desde 16 de março as sessões estão sendo realizadas de forma telepresencial. Para esse resultado também contribuíram as mediações pré-processuais, que permitem a sindicatos negociarem questões trabalhistas sem a necessidade de propor um dissídio coletivo.

## Movimentação processual

Jan 2020 a Set 2021



112,5 mil

PROCESSOS JULGADOS  
1º GRAU



45,7 mil

PROCESSOS JULGADOS  
2º GRAU

## Produtividade no portal

O TRT-SC criou em seu portal de internet uma página para demonstrar a produtividade e a atividade judiciária durante a pandemia. A medida buscou dar maior transparência ao trabalho desenvolvido de forma remota durante o período de quarentena, atendendo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

De 16 de março de 2020, quando passou a vigorar o regime de trabalho remoto, a 29 de outubro de 2021 (data do fechamento desta edição), foram proferidas 260,5 mil sentenças e acórdãos e revertidos R\$ 7,29 milhões para enfrentamento da pandemia.

---

*De janeiro de 2020 a setembro de 2021, os juizes de primeiro grau julgaram cerca de mil processos a mais do que receberam*

---

# Tempo médio de julgamento reduz mais de 30% em 2020

Mesmo em ano de pandemia, as varas do trabalho e os órgãos colegiados do TRT-SC conseguiram cumprir, com folga, uma das principais metas processuais estabelecidas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho: a redução do tempo médio de julgamento. Ao longo de 2020, as varas (1º grau) reduziram em 32,6% esse período em relação à meta estipulada, enquanto o Pleno, as câmaras e as seções especializadas (2º grau), em 35,5%. A meta fixada era reduzir em 4% o tempo de tramitação de 2018.

A meta previa que os juízes das varas resolvessem cada processo em 261 dias, mas eles fizeram isso em 176 dias em 2020. Os desembargadores, por sua vez, tinham como meta julgar os recursos e ações originárias em 138 dias, e também diminuíram esse tempo para 89 dias. Considerando o período de 12 meses que vai de 1º de outubro de 2020 a 30 de setembro de 2021, o tempo médio elevou-se um pouco no primeiro grau (196 dias) e baixou no segundo (88 dias).

Além do tempo médio, o Tribunal também obteve bons resultados na meta de processos dos grandes litigantes. O objetivo era reduzir em 2% o acervo das dez instituições ou empresas com mais processos em tramitação, comparati-

vamente a 2019. No somatório dos dois graus de jurisdição, como exige a meta, houve uma redução de 18%, baixando-se de 6.158 para 5.045 processos.

## Redução no tempo médio de julgamento em 2020

1º Grau  
**32,6%**  
Meta: 261 dias  
Resultado: 176 dias

2º Grau  
**35,5%**  
Meta: 138 dias  
Resultado: 89 dias

## Sessões das câmaras julgadoras passam a ser transmitidas ao vivo pelo YouTube

O TRT-SC passou a transmitir ao vivo, a partir de maio de 2020, as sessões colegiadas de suas cinco câmaras de julgamento pelo seu canal no YouTube. A estreia foi no dia 5 daquele mês, com a 6ª Câmara, em uma pauta de 53 processos.

A decisão se deu para garantir a publicidade das sessões. Com as medidas adotadas pelo Tribunal para evitar o contágio da Covid-19, os julgamentos não puderam mais ser acompa-

nhados presencialmente, pois os desembargadores começaram a atuar por videoconferência um mês antes, em abril.

As sustentações orais começaram a ser feitas também a partir de maio, com a entrada em vigor da Portaria Conjunta 98/2020, que trouxe uma série de regramentos sobre o funcionamento do Tribunal durante a pandemia. Para tanto, basta que o pedido seja enviado com 24 horas de antecedência para o e-mail do órgão julgador.

# Valor de acordos nos Cejuscs cresce 17% em um ano

Os centros de conciliação da Justiça do Trabalho catarinense, conhecidos como Cejuscs, homologaram R\$ 238,4 milhões em acordos em 2020, montante 17% superior ao de 2019. Já o índice de conciliação, que mede o percentual de acordos firmados em relação ao total de tentativas realizadas, praticamente não se alterou: 43,3% no ano de 2020 ante aos 43,5% do ano anterior.

Os números levam em conta os dois graus de jurisdição somados.

A maior parte do resultado, 61,2%, foi alcançada pelos 13 centros de primeiro grau: ao todo, foram R\$ 145,9 mi em 4,6 mil acordos realizados. O Cejusc de 2º Grau, sozinho, homologou os outros R\$ 92,5 mi, obtidos com 524 acordos. Considerando o período que vai de janeiro de 2020 a setembro de 2021, as unidades de Lages e Chapecó obtiveram os melhores índices de solução, com 61,6% e 54,6%, respectivamente.

A maior parte dos acordos foram obtidos em audiências por vídeo, já que os Cejuscs só funcionaram presencialmente por pouco mais de dois meses, quando o TRT-SC entrou em trabalho remoto, devido às condições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19. O crescimento do valor total homologado surpreendeu o coordenador do Núcleo Permanente de Conciliação (Nupemec) do TRT-SC, juiz Roberto Masami Nakajo. “No primeiro grau houve um crescimento de 15%, indicando que as varas do trabalho e juízes estão sendo mais estratégicos na triagem dos processos”, avalia o magistrado.

De acordo com ele, essa estratégia poderá



ser ainda mais aprimorada utilizando-se a inteligência artificial (IA). “Com o Concilia-JT, as varas do trabalho vão poder selecionar os processos aptos à conciliação de maneira mais cirúrgica”, explica o magistrado, referindo-se à ferramenta desenvolvida no TRT-SC que utiliza princípios da IA para estimar a chance de conciliação em uma ação trabalhista.

No segundo grau, uma pauta concentrada de 115 audiências teve uma contribuição significativa para o resultado final. Realizada durante uma semana no mês nacional da conciliação, em novembro, envolveu a Caixa Econômica Federal e a Funcef, o fundo de pensão dos funcionários do banco. No total, foram 54 acordos e R\$ 21,8 mi homologados.

Os acordos firmados pelos Cejuscs também reverteram valores para os cofres da União, com R\$ 11,2 mi arrecadados a título de contribuições previdenciárias, custas processuais e imposto de renda. De janeiro a setembro de 2021, o número de acordos dos Cejuscs de 1º e 2º graus aumentou 73% em relação ao mesmo período de 2020, gerando um total homologado de R\$ 135 mi.

# Juízes do trabalho podem mediar acordos sem necessidade de abertura de processo

*Modalidade conhecida como mediação pré-processual dispensa abertura de ação trabalhista e poderá ser utilizada enquanto perdurar a pandemia*

As varas do trabalho passaram a oferecer, a partir de abril de 2020, a possibilidade de empregadores e empregados resolverem pendências trabalhistas de uma forma rápida e simples. Trata-se da [mediação e conciliação pré-processual](#), modalidade de solução de conflitos que dispensa a proposição de uma ação trabalhista.

A modalidade foi instituída pelo TRT-SC em dezembro de 2017, mas era válida somente no segundo grau de jurisdição - para conflitos coletivos, envolvendo sindicatos. Com a publicação da [Portaria SEAP/GVP/SECOR 98/2020](#), porém, passou a valer também para questões individuais. A norma catarinense está alinhada às Recomendações CSJT.GVP 1 e 2/2020, editadas pela Vice-Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho. O objetivo é permi-

tir que empregados e empregadores resolvam os litígios na fase pré-processual rapidamente, evitando o ajuizamento de processo.

---

*Mediação pré-processual, que era válida apenas no segundo grau e para conflitos coletivos, a partir de abril de 2020 passou a valer também para questões individuais*

---

## Primeira mediação por vídeo do segundo grau

Em 4 junho de 2020, o TRT-SC realizou a primeira mediação pré-processual por videoconferência de sua história. A negociação, que resultou em acordo, foi intermediada pela vice-presidente do Tribunal, desembargadora Teresa Regina Cotosky, e envolveu duas concessionárias de rodovias públicas em Santa Catarina (Autopista Litoral Sul e Autopista Planalto Sul) e o sindicato da categoria (Sintraconce). Instituída pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em 2016, essa prática tem por objetivo acelerar a solução negociada de um conflito traba-

lhista, evitando que se torne um processo judicial.



Desembargadora Teresa Cotosky conduziu o ato

# Brusque ganha sede própria da JT

*Projeto tem foco na sustentabilidade e melhoria da eficiência energética*

*Clique na imagem e assista ao vídeo sobre as novas instalações do Fórum de Brusque*

Em solenidade totalmente virtual, o TRT-SC inaugurou em 4 de dezembro de 2020 a sede própria do Fórum Trabalhista de Brusque. O projeto do prédio foi desenvolvido a partir de uma pesquisa aplicada aos próprios usuários, na qual foram verificados tanto o grau de satisfação em relação ao prédio anterior quanto as expectativas para o novo.

Outra característica da nova sede refere-se à sustentabilidade e melhoria da eficiência energética. Algumas estratégias foram adotadas para otimizar o uso dos recursos naturais, como modernização dos sistemas de iluminação e climatização, o que irá resultar em menor consumo de energia elétrica.

Em seu discurso, a desembargadora Lourdes Leiria ressaltou os “excelentes índices de produtividade” das duas unidades brusquenses, conduzidas pelos juízes Hélio Henrique Garcia Romero e Paulo Herbst, respectivamente titular e substituto da 1ª Vara do Trabalho, e pelo juiz Roberto Masami Nakajo, titular da 2ª VT. Juntas, no período de 2017 a outubro de 2020, as duas varas do trabalho do município receberam 8,6 mil ações e encerraram 10 mil - ou seja, solucionaram



*Inauguração teve presença de autoridades locais e do Judiciário Trabalhista*

cerca de 16% de processos a mais do que foram iniciados.

A presidente elogiou as características do imóvel com relação à sustentabilidade e melhoria da eficiência energética e destacou o espaço cultural “Justiça à Arte”, implantado por iniciativa do juiz Hélio Romero, diretor do foro, e destinado a exposições de artes plásticas, visuais e literárias de todos os gêneros. A desembargadora ressaltou que o espaço “atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 11 e 16 e demonstra alinhamento do Foro de Brusque com as ações do Tribunal na integração da Agenda 2030 da ONU à JT catarinense”.

## 1ª VT de Itajaí recebe melhorias

A 1ª Vara do Trabalho de Itajaí encerrou o ano de 2020 com melhorias na estrutura. A principal foi o piso novo, substituição feita em razão de desgastes existentes no anterior, o que causava riscos aos usuários. Também foi efetuada a modernização das instalações elétricas e da rede de tráfego de dados, além de uma mudança de leiaute para ampliar o espaço de circulação de servidores e magistrados.



*Principal mudança foi a troca de piso, que apresentava desgastes*

# Pagamentos em ações trabalhistas chega a quase R\$ 2 bilhões em 21 meses

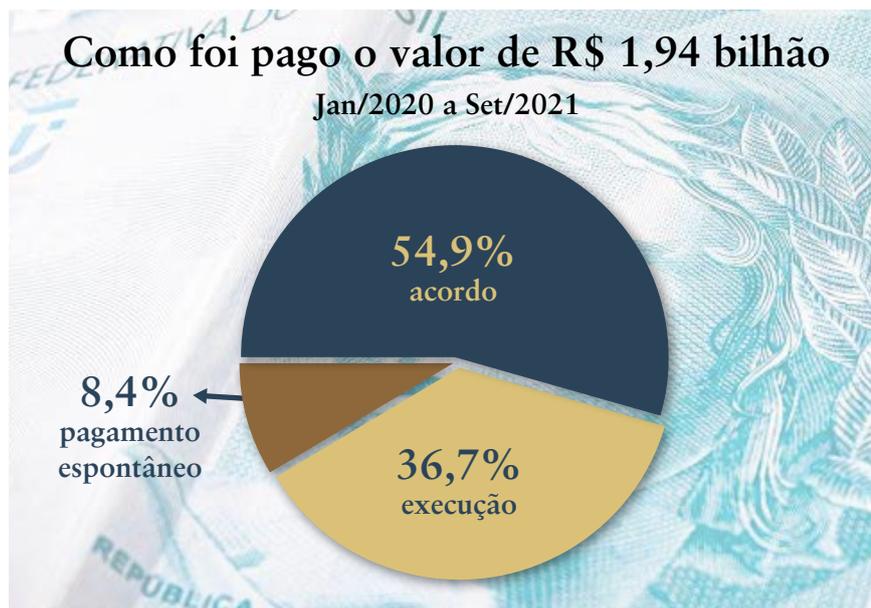
*Dois terços desse valor foram pagos ao longo de 14 meses de trabalho remoto integral*

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina garantiu o pagamento de R\$ 1,94 bilhão a pessoas que moveram ações buscando o reconhecimento de seus direitos trabalhistas, no período de janeiro de 2020 a setembro de 2021.

Considerando o ano de 2020, é a segunda vez na história da Instituição que o montante ultrapassa a cifra de R\$ 1 bi. Os dados são do sistema e-Gestão e foram fornecidos pela Secretaria de Gestão Estratégica do TRT-SC.

Mais da metade desse valor, R\$ 1,06 bi, foi liberado por meio de acordo entre as partes. Os pagamentos decorrentes de execução (cobrança judicial da dívida) somaram 712,9 mi, enquanto 162,7 mi foram liquidados de forma espontânea pelos devedores, após o trânsito em julgado da condenação.

De acordo com a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, os números mostram o elevado desempenho da instituição, tanto na conciliação quanto na execução. “Ficamos mais de um ano em trabalho remoto e praticamente mantivemos o montante de pagamentos do ano de 2019. Isso indica que abraçamos a conciliação como método de resolução de conflitos e consolidamos o uso dos convênios judiciais como via indispensável para garantir a efetividade de nossas decisões. A criação da Secretaria de Execução contribuiu substancialmente para esse resultado, tendo em vista que tal unidade auxilia todas as varas do estado”, avalia.



As decisões da JT catarinense também reverteram R\$ 255 mi aos cofres públicos, sendo R\$ 204,1 mi em contribuições previdenciárias, R\$ 23,3 mi em imposto de renda, R\$ 27,5 mi em custas e emolumentos e R\$ 117 mil em multas administrativas.

---

*“Abraçamos a conciliação como método de resolução de conflitos e consolidamos o uso dos convênios judiciais para garantir a efetividade de nossas decisões”*

*Des. Lourdes Leiria*

---

# Nova sede da Vara do Trabalho de Canoinhas privilegia sustentabilidade

Uma [solenidade virtual](#), transmitida em agosto de 2021 pelo canal do TRT-SC no YouTube, inaugurou oficialmente a nova sede da Vara do Trabalho de Canoinhas. O espaço está localizado no centro do município, a poucos metros da antiga unidade.

O projeto do prédio foi desenvolvido a partir da perspectiva dos usuários. Buscou-se oferecer aos jurisdicionados, magistrados e servidores um edifício funcional, com espaços adequados e, principalmente, acessível.

Em seu discurso, a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, destacou que o novo espaço foi projetado para garantir facilidade a quem procura a Justiça do Trabalho, tanto pelas características de acessibilidade do imóvel quanto pela sua localização. “O prédio foi reformado de forma a privilegiar o melhor aproveitamento de recursos naturais, como a luminosidade e a ventilação externas, privilegiando a sustentabilidade e permitindo maior economia de recursos”, ressaltou a magistrada.



Unidade foi inaugurada em agosto de 2021

---

*“O prédio foi reformado de forma a privilegiar o melhor aproveitamento de recursos naturais, como a luminosidade e a ventilação externas, privilegiando a sustentabilidade e permitindo maior economia de recursos”*

*Des. Lourdes Leiria*

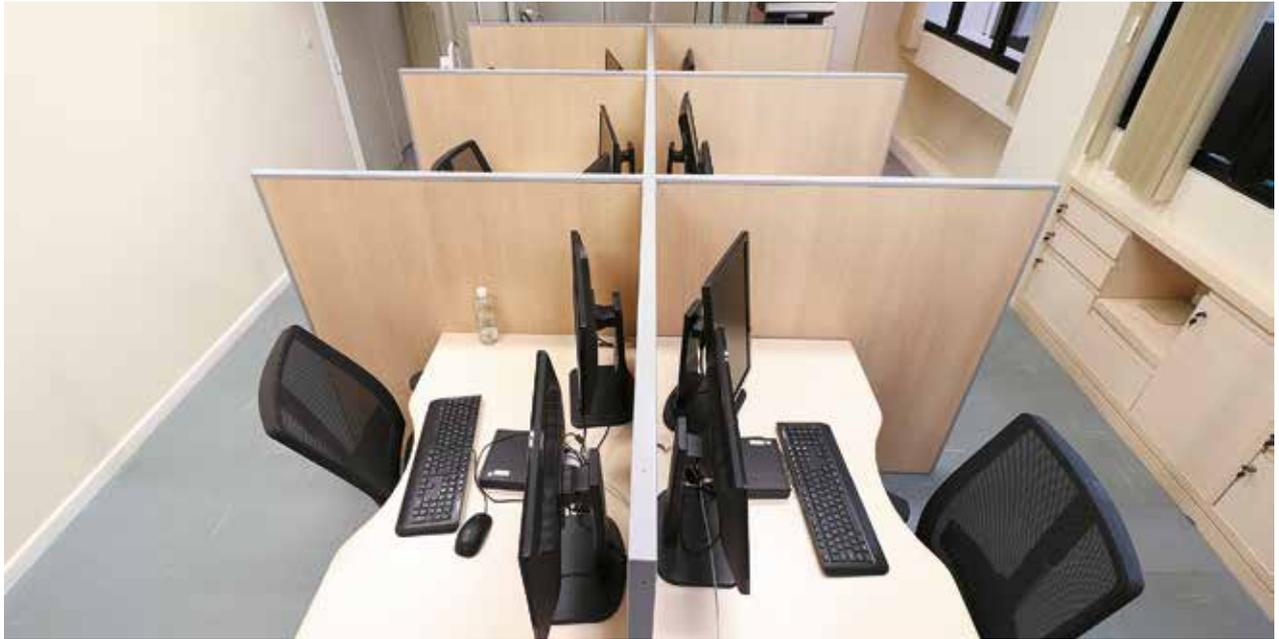
---

O juiz titular Lauro Stankiewicz falou da trajetória da concretização desde a aquisição do terreno até a reforma e adaptação do imóvel, e agradeceu a todos os magistrados e servidores envolvidos.

De janeiro de 2018 a maio de 2021, a VT de Canoinhas recebeu 3,4 mil ações e encerrou 3,8 mil, ou seja, 11,7% a mais do que foram iniciadas. Do total de processos solucionados, metade (1,9 mil) foi por meio de acordo.

Além de Canoinhas, a Vara atende também aos municípios de Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira e Três Barras.

*Inovação*



*Espaço é voltado a servidores e magistrados em trânsito, além de oficiais de justiça e teletrabalhadores que estejam no Tribunal*

## Pioneirismo: coworking otimiza espaços e gera economia

Um espaço para projetos multidisciplinares, à disposição de magistrados e servidores em trânsito e que pode ser utilizado por teletrabalhadores nas dependências do Tribunal, em caso de necessidade. Esse é o coworking do TRT-SC, unidade integrada de trabalho implantada de modo pioneiro em 30 de julho de 2020.

O local faz parte da série de melhorias e inovações realizadas durante os trabalhos de readequação da sede do TRT-SC, [após a entrega do edifício alugado](#) que abrigava a área judiciária.

Para a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, a implantação do coworking, a devolução de imóveis alugados, a instalação de equipamentos que possibilitam a atuação por videoconferência em todas as salas de sessões e audiências, aliados a investimentos em estrutura e tecnologia, demonstram que a instituição está alinhada com os [eixos de atuação traçados pelo presidente do STF e CNJ, ministro Luiz Fux](#).

“Além de ser uma proposta inovadora, requisito indispensável no mundo atual, o coworking proporciona otimização e economia de recursos, com o melhor aproveitamento e redução do espaço utilizado pelo Judiciário trabalhista catarinense”, ressalta a presidente.

---

*Coworking é parte de uma série de melhorias e inovações realizadas durante os trabalhos de readequação da sede do TRT-SC com foco na economia de recursos públicos*

---

# Juízo 100% Digital permite que todos os atos do processo sejam realizados por meio virtual

*Pela nova modalidade, atendimento ao público pode ocorrer por videochamadas ou mesmo aplicativo de mensagens*

O TRT-SC implantou em janeiro de 2021 o Juízo 100% Digital, com a publicação da [Portaria Conjunta 21/2021](#). [Autorizada pelo Conselho Nacional de Justiça](#), a inovação abrange todas as unidades de primeiro e segundo grau do estado, além dos Centros de Conciliação (Cejuscs).

A nova modalidade permite que todos os atos de um processo aconteçam exclusivamente por meio eletrônico e de maneira remota, utilizando-se das ferramentas disponíveis, como o PJe, publicação no DJE, e-mail, Whatsapp, videoconferência, entre outras. A juntada de mídias também foi prevista, ocorrendo por meio de compartilhamento remoto.

A utilização do Juízo 100% Digital é uma opção das partes, inclusive para processos que já estavam em andamento antes de sua implantação. Os procedimentos para audiências, sessões e atendimentos são análogos ao que o TRT-SC já vinha adotando por todo o estado em razão da pandemia da Covid-19, ou seja, pelas vias eletrônicas disponíveis.

Como a via telepresencial permite ouvir testemunhas a distância, a nova modalidade dis-

---

*Como a via telepresencial permite ouvir testemunhas a distância, a nova modalidade dispensa a expedição de carta precatória*

---

pensa a expedição de carta precatória. Nos casos em que a parte ou a testemunha precisar de uma sala preparada para o depoimento por videoconferência, basta solicitar nos autos e utilizar os espaços no fórum ou vara mais próximos de sua residência.

Nos processos 100% digitais, as diligências dos oficiais de justiça acontecem priorizando o uso de ferramentas eletrônicas. O atendimento das partes e de seus advogados, por sua vez, ocorre exclusivamente pela via remota, seja por telefone, e-mail, videochamadas, aplicativos de mensagens instantâneas ou qualquer outro meio eletrônico disponível.

## Das 60 VTs, 59 já têm processos na nova modalidade

Até outubro de 2021, mês de fechamento desta publicação, todos os 18 gabinetes de desembargadores e 59 das 60 varas do trabalho tinham processos tramitando pelo Juízo 100% Digital.

De acordo com a juíza substituta Janice Bastos, que já presenciou várias adesões em audiência, “esse novo formato de processo promove a entrega da tutela jurisdicional de

forma célere, moderna, efetiva e, principalmente, segura para todos os atores envolvidos”.

Para o juiz Roberto Nakajo, coordenador do Laboratório de Inovação e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Tribunal (Liods-TRT12), “as adesões ao procedimento 100% digital demonstram que os advogados e jurisdicionados catarinenses aprovam o modelo de atuação telepresencial do TRT-SC”.

# Cidadão ganha canal de atendimento por videochamadas

*Balcão Virtual funciona nas varas do trabalho e no segundo grau, das 12h às 18h, atendendo por ordem de ingresso na sala on-line*

Em março de 2021, a Justiça do Trabalho catarinense passou a oferecer mais um canal de atendimento para partes e advogados: o balcão virtual. A nova ferramenta, que funciona por videochamada, está prevista na Resolução 372/21 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foi regulamentada no TRT-SC pela [Portaria Conjunta Seap/Secor 45/21](#).

A implantação do novo canal não exclui outras modalidades de atendimento presencial ou virtuais já existentes no TRT-SC, como e-mail e telefone. Em relação aos processos que correm na modalidade “Juízo 100% Digital”, em que o atendimento é exclusivamente virtual, a plataforma passou a ser mais uma possibilidade de comunicação, sem prejuízo das demais formas remotas de auxílio.

Para utilizar a ferramenta, o usuário deve entrar nas respectivas páginas ([varas do trabalho](#)

ou [órgãos julgadores](#)), procurar pela unidade que lhe interessa e clicar no link “balcão virtual”. Depois de clicar, precisa aguardar a liberação para uma videochamada. Os atendimentos acontecem das 12h às 18h, seguindo a ordem de ingresso na sala.

## Sem protocolo

Ainda de acordo com a portaria, os servidores designados para atuar no balcão virtual prestam o primeiro atendimento por videoconferência, podendo, se necessário, realizar agendamento pelos meios eletrônicos disponíveis para finalizar a demanda solicitada.

Seguindo os termos da Resolução 372/21 do CNJ, a plataforma não pode ser utilizada para o protocolo de petições.

# Cronômetro auxilia em atas de audiência

*Aplicativo faz minutagem para facilitar consulta a depoimentos*

Para auxiliar servidores que redigem as atas das audiências telepresenciais, foi disponibilizada no final de abril a ferramenta Cronômetro Zoom, que informa de modo simples o tempo transcorrido, facilitando o referenciamento dos depoimentos no texto.

O coordenador de inovação e desenvolvimento de sistemas, Fernando Marcon, que ajudou na criação do cronômetro, destacou sua função prática durante as audiências.

“Quando o juiz ouvir o depoimento do autor, por exemplo, basta pedir para o assistente minutar o momento da gravação na ata de au-



diência. O servidor apenas olhará o tempo marcado no cronômetro e irá registrar na ata. Essa informação será útil quando um advogado, ou o próprio magistrado, precisarem consultar a ata em busca daquele momento no vídeo”, explicou.

# Centro de Inteligência busca prevenir ações repetitivas e de massa

*Unidade também pode propor padronização dos procedimentos relacionados a processos com repercussão geral declarada pelo STF*

Foi publicada em maio de 2021 a [portaria](#) que criou o Centro de Inteligência do TRT-SC (CI-TRT12). Coordenado pela presidente da instituição, desembargadora Lourdes Leiria, a unidade tem como objetivo identificar e propor tratamento adequado a temas e demandas estratégicas, repetitivas e de massa, ou seja, com muitos litigantes.

O Centro de Inteligência integra uma [rede nacional organizada pelo Conselho Nacional de Justiça](#), composta por estruturas semelhantes criadas em todos os tribunais do país. Na avaliação da presidente do Tribunal, o CI-TRT12 constitui um marco transformador na forma de lidar com as demandas repetitivas e de massa.

“Uma de suas atribuições, por exemplo, é realizar estudos sobre as causas dessas demandas e, a partir daí, propor medidas para preveni-las ou conciliá-las. É algo inovador que pode reduzir a litigiosidade, liberando os magistrados para atuarem em outras atividades, como na fase de execução, e garantindo mais efetividade à prestação jurisdicional”, avalia a desembargadora Lourdes Leiria.

Os integrantes do Centro podem sugerir ao Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Liods-TRT12) o desenvolvimento de alguma solução tecnológica para identificar as demandas mais recorrentes.



Também podem propor, nos termos da Resolução CNJ 235/2016, a padronização dos procedimentos relacionados a processos suspensos em razão da admissão de incidentes de demandas repetitivas ou com repercussão geral declarada pelo STF.

## Troca de experiências

Como atribuição adicional, o CI-TRT12 pode realizar audiências públicas, além de estimular a troca de experiências entre magistrados, membros do Ministério Público, advogados e demais operadores jurídicos, com foco na uniformização de jurisprudência e no combate à litigância protelatória.

---

*“O Centro de Inteligência é algo inovador que pode reduzir a litigiosidade, liberando os magistrados para atuarem em outras atividades” Des. Lourdes Leiria*

---

# Primeiro núcleo de provas digitais da JT é implantado pelo TRT-SC

*Um das funções do NPD é coletar e cruzar informações para auxiliar na investigação sobre patrimônio de devedores*

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina criou, em maio de 2021, a primeira unidade do país especializada na produção e no tratamento de provas por meios digitais. Trata-se do Núcleo de Provas Digitais (NPD), implantado pela [Portaria SEAP 83/2021](#).

O NPD integra a [Secretaria de Execução \(Sexec\)](#) do Tribunal, coordenada pelo juiz gestor regional de execuções, Roberto Masami Nakajo. A atuação se dá em regime de cooperação com o Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP), que também faz parte da Sexec.

“Com a Revolução Tecnológica 4.0 invadindo o mundo do trabalho e transformando as formas de produzir, o Poder Judiciário e, em especial, a Justiça do Trabalho, aproveitam as potencialidades que o desenvolvimento tecnológico pode oferecer para melhorar a prestação jurisdicional, em busca de celeridade e eficiência”, destacou a presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Maria Cristina Peduzzi, acrescentando que a implantação do núcleo em Santa Catarina é um “marco histórico” para toda a Justiça do Trabalho.

Os registros em sistemas de dados das empresas, ferramentas de geoprocessamento, materiais publicados em redes sociais e até biometria são algumas das informações digitais armazenadas que podem servir como comprovação em processos trabalhistas - ou seja, registros digitais públicos configurando provas robustas para o Judiciário.

Depois de obtidos, os dados são cruzados e analisados, podendo auxiliar os magistrados durante a instrução processual ou na fase de execução, em investigação sobre o patrimônio e a cadeia de responsabilidades.

“A sistematização na análise e tratamento de dados das provas digitais pelo novo núcleo, bem como o desenvolvimento de novas ferramentas pelo [Liods-TRT12](#), tendem a reduzir o trabalho dos magistrados na instrução dos processos, liberando-os para que possam dar maior atenção à fase de execução”, avalia a presidente do Tribunal, desembargadora Lourdes Leiria.

## Qualificação dos magistrados

Em julho de 2021, 60 magistrados concluíram um curso oferecido pela Escola Judicial sobre o tema. Durante cerca de um mês foram realizadas atividades virtuais para aprofundar o conhecimento sobre provas digitais e preparar os participantes para o uso de ferramentas disponíveis. Os instrutores foram os juízes Danielle Bertachini, da 7ª Vara do Trabalho de Florianópolis, e Reinaldo Branco de Moraes, da Vara do Trabalho de Indaial.

---

*Ferramentas de geoprocessamento, conteúdo publicado em redes sociais e até biometria podem servir como prova digital*

---

# TRT-SC tem representante em comitê responsável por gerir inovação no Judiciário

*Indicado pela Presidência do CNJ, juiz Roberto Nakajo é coordenador do Liods-TRT12*

O Conselho Nacional de Justiça definiu em outubro de 2021 os integrantes do Comitê Gestor Nacional da Inovação. Previsto na [Resolução CNJ 395/2021](#), o comitê é o responsável por gerir a Política de Gestão da Inovação do Poder Judiciário, que tem como objetivo aprimorar as atividades dos tribunais por meio da difusão da cultura da inovação, com a modernização de métodos e técnicas de desenvolvimento do serviço judiciário, de forma coletiva e em parceria.

Para sua implementação, os tribunais devem instituir laboratórios de inovação, a exemplo do Laboratório de Inovação e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do TRT-SC (Liods-TRT12), criado pela presidente Lourdes Leiria em 2020.

Dos membros do Comitê, sete são do CNJ (incluindo seu presidente, ministro Luiz Fux) e dois são da Corregedoria Nacional de Justiça (incluindo a corregedora, ministra Maria Theresza de Assis Moura). Os demais, indicados pelo presidente do CNJ, são das diversas esferas do Judiciário, sendo um juiz proveniente de cada ramo do Poder Judiciário.

O coordenador operacional do Liods-TRT12, juiz do trabalho Roberto Masami Nakajo, foi designado como um dos integrantes do comitê ([Portaria 256/2021](#), da Presidência do CNJ).

## Atribuições

Dentre as competências do comitê destacam-se as seguintes: estimular os tribunais a fomentar projetos inovadores que utilizem ferramentas de interação, cocriação, empatia e troca de conhecimento; disseminar a cultura



*Roberto Nakajo é o único magistrado da Justiça do Trabalho a integrar o comitê*

---

*Uma das atribuições do Comitê é estimular os tribunais a fomentar projetos inovadores que utilizem ferramentas de interação, cocriação, empatia e troca de conhecimento*

---

da inovação, incentivando pesquisas, estudos e ações de capacitação na temática; identificar problemas ou necessidades passíveis de solução por meio das metodologias de inovação, encaminhando-os ao Laboratório de Inovação do Poder Judiciário para tratamento.

# Cooperari: TRT-SC conquista três das quatro premiações

*Ferramenta MaisPJe levou o primeiro lugar na categoria Primeiro Grau, seguido de iniciativa da 3ª VT de Lages. Projeto de ergonomia à distância foi vice no Segundo Grau*



O plugin MaisPJe, desenvolvido pelo TRT-SC, ganhou o primeiro lugar na edição de estreia do Prêmio Cooperari - Estratégias para Evoluir, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Relativa à categoria Primeiro Grau, a conquista foi compartilhada com o Assistente Virtual da Justiça do Trabalho, do TRT da 15ª Região, já que ambos softwares foram concebidos utilizando a mesma tecnologia e com objetivos complementares e, por isso, tiveram inscrição conjunta.

O evento foi idealizado com o intuito de identificar as melhores iniciativas realizadas pelos TRTs e varas do trabalho para aplicação nacional em toda a Justiça do Trabalho. Ao todo, foram 57 iniciativas inscritas, sendo selecionadas [10 finalistas](#) - quatro delas do TRT-SC. Com votação aberta a toda sociedade, o MaisPJe/Assistente Virtual obteve 3.473 dos quase 10.000 votos registrados.

[A solenidade virtual](#) de premiação foi transmitida em setembro de 2021 pelo canal do órgão no YouTube e contou com a participação de ministros, desembargadores e outras autoridades do Judiciário. A abertura foi realizada pela presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi.

## Automatização de tarefas

O plugin MaisPJe é uma extensão do navegador Mozilla Firefox e foi desenvolvido pelo servidor Fernando Marcon, diretor da Coordenadoria de Desenvolvimento e Inovação. Automatiza cerca de 400 tarefas no ambiente do PJe, permitindo que o usuário consiga realizar vários atos processuais com poucos cliques. Na 15ª Região, o assistente virtual foi conce-

bido por Sisenando de Souza, da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté.

O MaisPJe já está sendo utilizado por cerca de mil servidores em todo o Brasil. O próximo passo é a homologação do CSJT para ser oficializado nacionalmente.

Além do primeiro, o TRT-SC também conquistou o segundo lugar na mesma categoria com um projeto da 3ª Vara de Lages. Coordenada pelo juiz Daniel Lisbôa, a iniciativa consiste no cadastramento prévio dos maiores litigantes para que eles recebam as citações e comunicações oficiais pelo Diário Eletrônico (DEJT). O projeto obteve 2.544 votos.

“A premiação orgulha a todos que compõem o Tribunal, de forma pessoal e institucional, e só foi possível porque a Justiça do Trabalho de Santa Catarina possui servidoras, servidores, magistradas e magistrados imbuídos de espírito inovador e comprometidos com a busca da eficiência na gestão administrativa e o constante aprimoramento na prestação jurisdicional. Cumprimento a todos e todas que participaram com suas iniciativas e contribuíram para esta conquista”, comemorou a presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria.

## Análise ergonômica

A JT-SC também levou o segundo lugar na categoria Segundo Grau, com o projeto “Análise ergonômica remota dos postos de trabalho domiciliares dos teletrabalhadores oficiais do TRT da 12ª Região”.

Desenvolvida pela equipe de Saúde e coordenada pela fisioterapeuta Angela Mazzi, a proposta avaliou de forma remota, por meio de fotos e questionários, a ergonomia dos postos de trabalho dos magistrados e servidores em teletrabalho. A iniciativa, que obteve 2.687 votos, permiti-



*Des. Lourdes Leiria não conteve a alegria com as conquistas*

te aos interessados sanar dúvidas e fazer os ajustes conforme orientações passadas pelos dois fisioterapeutas do Tribunal.

O primeiro lugar nessa categoria ficou com o projeto “Choque de gestão no recurso de revista”, do TRT-RS, com 2.775 votos.

---

*O MaisPJe automatiza cerca de 400 tarefas do processo eletrônico, permitindo que vários atos processuais sejam realizados com poucos cliques*

---

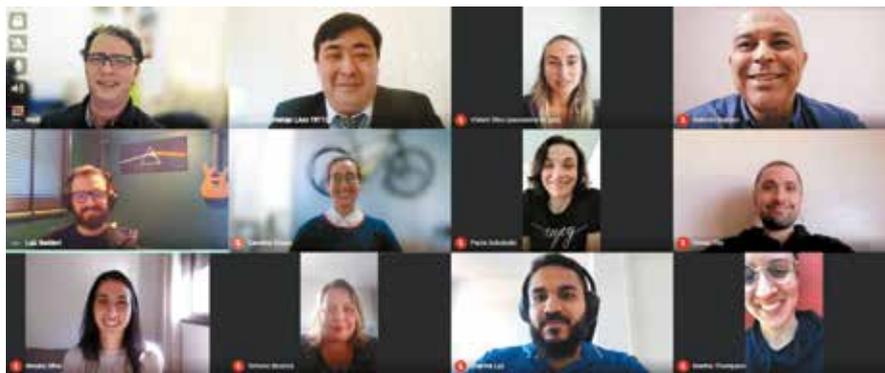


*Finalistas e dirigentes dos TRTs indicados acompanharam ao vivo o anúncio dos vencedores*

# Núcleo 4.0 de Justiça auxilia unidades em processos do Juízo 100% Digital

*Atuação do Núcleo pode ser na conciliação, na instrução ou no julgamento das ações de qualquer VT ou Cejusc*

A Justiça do Trabalho catarinense passou a contar, em junho de 2021, com seu primeiro Núcleo de Justiça 4.0. Ele funciona na 2ª Vara do Trabalho de Brusque, transformada em Vara Digital pela Portaria Seap n. 90/2021, que regula seu funcionamento.



*Videokonferência da 2ª VT de Brusque, piloto na implantação da Vara Digital/Núcleo 4.0 de Justiça*

Os Núcleos de Justiça 4.0 estão previstos na Resolução 385/2021 do Conselho Nacional de Justiça para auxiliar na solução dos processos autuados pela modalidade do Juízo 100% Digital, cujos atos processuais ocorrem exclusivamente por meios telepresenciais, inclusive o atendimento a partes, advogados, procuradores do trabalho e outros envolvidos.

A atuação do Núcleo pode ser na conciliação, instrução ou ainda no julgamento desses processos em qualquer vara e Cejusc do estado, em regime de cooperação judiciária e por designação da Presidência.

A transformação de uma vara do trabalho em Núcleo 4.0 de Justiça também dá mais flexibilidade para a organização do trabalho dentro da unidade. Todos os servidores da unidade digital poderão atuar em regime de teletrabalho, integral ou parcial, conforme definição do juiz titular ou gestor do núcleo.

Um dos motivos que levaram a 2ª VT de Brusque a servir de piloto da iniciativa foi sua experiência em cooperação judiciária com outras unidades, com auxílio direto em secretarias, realização de audiências e julgamentos. E mesmo realizando audiências de forma exclu-

sivamente telepresencial desde março de 2020, a unidade apresentou redução do acervo na fase de conhecimento.

## Economia e comodidade

O juiz responsável pelo novo Núcleo, Roberto Masami Nakajo, observa que o procedimento do Juízo 100% Digital apresenta cada vez mais adeptos, mesmo sendo facultativo às partes.

“As audiências telepresenciais tornaram-se uma realidade, gerando economia e comodidade a jurisdicionados e procuradores, principalmente na questão dos deslocamentos, sem prejuízo à produtividade da unidade judiciária”, avalia o magistrado.

---

*A transformação de uma VT em Núcleo 4.0 dá mais flexibilidade para organizar o trabalho na unidade*

---

# Registros históricos

*O ano em que não fizemos contato também foi fértil em estreias no ambiente virtual. Seleccionamos abaixo cinco momentos inéditos que entraram para a história da Justiça do Trabalho catarinense em 2020.*

## A SESSÃO 13 de abril de 2020

A presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, entrou para a história do Tribunal ao presidir a primeira sessão colegiada do órgão realizada de forma telepresencial. Ela e a secretária do Pleno, Ana Paula Wronski, presencialmente, e os demais desembargadores, de suas residências. Decana do órgão, a desembargadora Lília Abreu sintetizou o momento, no início da sessão: “Confesso que há 30 anos, quando entrei no Tribunal, jamais iria pensar que hoje estaríamos diante de algo tão moderno e inédito para nós da Justiça do



Trabalho. Estou muito satisfeita por poder participar da primeira sessão com esse procedimento”.

## A POSSE 24 de abril de 2020

De suas casas, por meio de câmeras ligadas ao computador, os juízes Fábio Tosetto e Leonardo Bessa prestaram juramento e se tornaram os primeiros magistrados a tomarem posse em uma cerimônia virtual. Ambos foram promovidos a titulares. “Estamos vivendo um período difícil, sem precedentes, mas a Justiça do Trabalho está usando todas as ferramentas eletrônicas disponíveis para cumprir sua função, que é tão importante



nesse momento”, afirmou a presidente Lourdes Leiria.

## O EVENTO DE CAPACITAÇÃO 24 de abril de 2020

Da mesma forma que as demais atividades do Tribunal, a capacitação de magistrados e servidores também teve de ser adaptada à nova realidade da pandemia. Todos os módulos de estudos, cursos, debates e encontros da Escola Judicial em 2020 foram realizados de forma telepresencial e em 2021, de forma híbrida. A estreia no novo formato de aprendizagem ocorreu em abril de 2020, com a realização de um ciclo de painéis virtuais, ministrados pelos



próprios magistrados do TRT-SC, sobre os impactos da pandemia nas relações de trabalho.

## A REUNIÃO 15 de maio de 2020

Um total de 106 pessoas fizeram história ao participarem da primeira reunião realizada pelos dirigentes da instituição com os juízes de primeiro grau. A conversa durou três horas e meia - afinal, era o primeiro encontro dois meses depois do início do trabalho remoto. Dos 108 juízes do quadro, 92 conseguiram participar. Entre os vários assuntos discutidos, a presidente Lourdes Leiria reforçou a necessidade de manter a prestação jurisdicional de forma



telepresencial e de reorientar o trabalho dos oficiais de justiça para dentro da secretaria, em especial na realização de pesquisas patrimoniais dos devedores.

## A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO 25 de maio de 2020

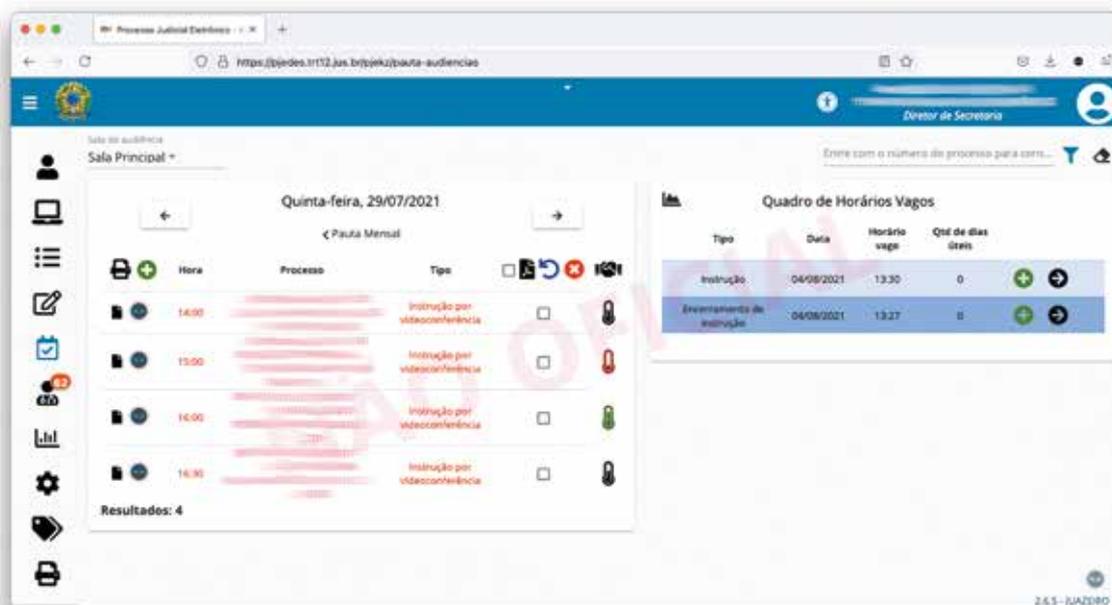
De sua residência, o juiz Roberto Masami Nakajo, titular da 2ª VT de Brusque, tornou-se o primeiro magistrado a ouvir partes e testemunhas por videoconferência. Tudo transcorreu de maneira célere e sem qualquer incidente. Os advogados Bruno Philippi, pelo autor, e Nicolly Elichá Paulo, pelo empregador, participaram do momento histórico. “É ótimo poder resolver tudo sem sair do escritório, da



nossa própria mesa. A economia de tempo ao evitar deslocamentos é uma das grandes vantagens”, apontou a advogada.

# Ferramenta utiliza inteligência artificial para estimar chances de acordos judiciais

*Probabilidade de conciliação é calculada a partir de modelos estatísticos, com base no estudo do acervo processual*



*Chance de acordo é representada pela cor do termômetro do “Concilia JT”, que está integrado ao PJe*

O “Concilia JT”, ferramenta que utiliza inteligência artificial para calcular as chances de acordo entre as partes de um processo, entrou em funcionamento no TRT-SC em março de 2021. Desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), a inovação está disponível para todas as unidades de primeiro grau por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Durante a fase de testes, a tecnologia apresentou precisão de 74%. O cálculo das chances de acordo, que variam dentro de uma escala de zero (pouco provável) a cinco (muito provável), é feito a partir de modelos estatísticos e de inteligência artificial desenvolvidos com base no estudo do acervo processual. O ícone de um termômetro, que pode ser visualizado na pauta ou na tela de tramitação, indica a probabilidade do acordo de cada processo.

“A ferramenta serve como uma luz. Ela permite que se saiba, através de um indicador obtido

por inteligência artificial, quando há tendência de um lado ou de outro, análise que antes era feita de forma empírica”, ressalta o servidor da Setic Marco Vivan, que desenvolveu a ferramenta junto com o colega Amândio Delpizzo.

O diretor da Setic, Valdir Cunha, destaca que o assunto inteligência artificial é discutido há tempos, mas somente agora vem tomando a forma de soluções tecnológicas que entregam valor às instituições. Em abril de 2021, a ferramenta foi apresentada a uma equipe multidisciplinar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que estuda adaptá-la às suas necessidades.

---

*“Concilia JT” apresentou precisão de 74% na fase de testes*

---

# Desembargador toma posse por videoconferência

*Meios telepresenciais foram essenciais para garantir prestação jurisdicional e reforço no quadro de magistrados do Tribunal*

Essencial para a continuidade da prestação jurisdicional, a tecnologia também foi uma importante aliada para reforçar o quadro de magistrados da Justiça do Trabalho catarinense no biênio 2020/21. Foi o caso do desembargador Nivaldo Stankiewicz, que tomou posse no cargo por videoconferência em junho de 2020, a fim de afastar qualquer risco de contágio por Covid-19.

Paranaense de Curitiba, Stankiewicz ingressou no Pleno na vaga deixada por Gilmar Cavalieri, que se aposentou cinco meses antes. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e com mestrado pela Univali, ingressou na Justiça do Trabalho catarinense em 1992, atuando a maior parte de sua carreira no Foro de Joinville.

Foi a primeira vez na história do TRT-SC que um desembargador tomou posse a distância. No pico da [transmissão ao vivo](#), a cerimônia foi acompanhada por 187 pessoas.

Emocionado, o magistrado agradeceu a Deus, à família, aos amigos, aos colegas magistrados e aos servidores que o acompanharam no primeiro grau. Também destacou o momento de crise pelo qual o mundo vem passando, em razão da pandemia de Covid-19.

“Apesar de todos esses percalços, o Poder Judiciário não parou em Santa Catarina e não vai parar. No primeiro grau, as audiências estão ocorrendo de forma telepresencial. E no Tribunal, as sessões são virtuais e com alta produtividade. Assim temos que seguir e para essa luta também estou engajado e preparado”, afirmou. A comenda da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário e a faixa de desembargador só puderam ser entregues em setembro de 2021, [durante solenidade](#) realizada de forma híbrida pelo Tribunal Pleno.



*Nivaldo Stankiewicz foi o primeiro desembargador do TRT-SC a tomar posse no cargo por videoconferência*

## Primeiro grau

Além de Stankiewicz, outros nove magistrados tomaram posse como juízes substitutos ao longo da pandemia, sendo todos de forma telepresencial: Marcelo Tandler Paes Cordeiro, Renata Albuquerque Palcoski, Igor Volpato da Silva, Jeferson Peyerl, Lillian Piovesan Ponssoni, Luiz Fernando Gonçalves, Michelle Denise Durieux Lopes Destri, Ricardo Philipe dos Santos e Rômulo Tozzo Techio.

---

*Graduado pela PUC-PR e com mestrado pela Univali, Stankiewicz ingressou na JT-SC em 1992, atuando a maior parte da carreira no Foro de Joinville*

---

# 'Parque' de notebooks é renovado com aquisição de 140 máquinas

*Parte dos equipamentos foram remanejados para o plantão judiciário, antiga demanda das unidades*

O TRT-SC deu um upgrade nos notebooks utilizados pelos magistrados e oficiais de justiça. Foram recebidos, em maio de 2021, 140 novas máquinas com configurações que permitem um desempenho superior às que eram utilizadas.

Os novos notebooks foram entregues aos juízes e desembargadores a partir de junho, em substituição aos equipamentos que estavam em uso. Os oficiais de justiça, por sua vez, receberam as máquinas que eram utilizadas anteriormente pelos magistrados, cujas configurações são notavelmente superiores às que vinham usando - e ainda dentro da garantia.

A renovação do parque supre uma antiga demanda das unidades judiciárias: cada fórum



e vara única tem agora um notebook para ser utilizado na escala de plantão judiciário, com as mesmas configurações dos destinados aos oficiais.

## Ligações telefônicas passam a ser feitas a partir de sinal de internet

Em razão de servidores e magistrados estarem trabalhando de forma telepresencial, o TRT-SC antecipou em abril de 2020 a adoção de ramais virtuais, facilitando a comunicação entre as unidades e o público externo. A tecnologia, que redireciona as ligações de ramais físicos para celulares ou computadores, já vinha sendo utilizada pelos gabinetes e alguns setores administrativos.

Uma das vantagens do sistema é permitir um número ilimitado de ligações simultaneamente, sem ocupar a linha. Após a habilitação do ramal, é preciso que os destinatários das ligações instalem dois programas em seus celulares ou computadores, indicados pela Secretaria

de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic). Cada unidade pode cadastrar um ramal para redirecionamento.

A implantação do sistema em todo o estado gera economia de recursos na ordem de R\$ 35 mil ao ano.

---

*Tecnologia VoIP gera economia de mais de R\$ 35 mil por ano*

---

# Presença digital do TRT-SC nas redes sociais é regulamentada

*Secretaria de Comunicação Social passa a ser responsável pela criação de perfis oficiais e divulgação do conteúdo institucional*

Em fevereiro de 2021, o TRT-SC publicou a Portaria 25/2021, que dispõe sobre o uso das redes sociais para a divulgação de matérias, comunicados e ações institucionais no âmbito da Instituição.

O documento estabeleceu que é de competência da Secretaria de Comunicação Social (Secom) a criação de perfis oficiais nas redes e a divulgação de conteúdo institucional, ficando vedadas essas atividades

por outras áreas - com exceção da Escola Judicial.

As unidades judiciárias ou administrativas que quiserem fazer uso dessas plataformas devem encaminhar uma solicitação à Secom, para ser submetida à apreciação da Presidência. No caso da Escola Judicial, ela pode ser responsável pelo seu perfil nas redes sociais, podendo, a critério da sua direção, optar por utilizar os perfis gerenciados pela Secom.

## Acesso às redes é liberado

Em janeiro de 2021, os computadores ligados à rede do Tribunal passaram a ter acesso liberado para consultas de páginas de redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Desde 2018, diversas varas vinham solicitando essa liberação para realizar pesquisas relacionadas a processos e ajudar na localização de partes e bens de executados.

O TRT-SC trocou os equipamentos físicos e os sistemas de firewall e passou a instalar novos certificados digitais em cada uma das máquinas que têm acesso à rede. Quando o usuário acessa uma rede social dentro da rede do Tribunal, todos os dados já terão passado pelo sistema de segurança, tendo sua origem rastreada e inspecionada.

# WhatsApp se consolida como canal de comunicação interna

Estudos recentes vêm mostrando que o papel da área de Comunicação dentro de uma organização é criar espaços para as pessoas interagirem. Com apenas quatro meses de atividades, completados em agosto de 2020, o grupo de WhatsApp dos assistentes de audiência comprovou na prática o que diz a teoria.

O grupo foi o primeiro criado pela Secom dentro do projeto estratégico TRT Mob. A iniciati-

va buscou ampliar a interação entre servidores que executam o mesmo trabalho, utilizando os aplicativos de mensagens instantâneas.

“Está sendo muito útil, principalmente nesses tempos em que a função passou por profundas mudanças, com atuação por videoconferência, e nos é exigida mais versatilidade para cumprir nossas tarefas”, avalia Daniele Schnoor, assistente da VT de Caçador.

# Programa de visitação estreia modalidade on-line com alunos da Bahia

O Programa de Visitação do TRT-SC estreou em outubro de 2020 sua versão on-line com alunos das Universidades Federal da Bahia (UFBA) e Católica de Salvador (UCSAL). O juiz coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal (Nupemec), Roberto Masami Nakajo, foi o responsável por apresentar o Tribunal aos acadêmicos.

O programa foi criado há quase duas décadas com o objetivo de apresentar o Tribunal e a Justiça do Trabalho a acadêmicos de Direito e demais cidadãos interessados. Desde 2010, quando a contabilização dos participantes começou a ser feita, 6,2 mil pessoas conheceram a instituição por meio dele. Em função da pandemia, porém, as visitas presenciais foram suspensas em março de 2020, passando a ser realizadas apenas pela modalidade on-line. Para acessar os conteúdos da visita virtual, basta entrar no site do TRT-SC e [preencher um cadastro](#), localizado no menu Serviços - Visitação Pública.

A mudança ampliou a abrangência do público participante, pois antes da pandemia o TRT-SC recebia apenas acadêmicos das faculdades catarinenses. Desde o início até outu-



Juiz Roberto Nakajo apresentou a instituição aos estudantes

bro de 2021, os vídeos já contabilizavam 297 visualizações, o equivalente a seis turmas de visitantes presenciais.

Na conversa com acadêmicos da Bahia, além de explicar o funcionamento da Justiça do Trabalho, o magistrado falou sobre os centros de conciliação (Cejus), da possibilidade de mediação pré-processual para solucionar os conflitos - mesmo antes da existência de um processo -, e do sucesso das tentativas de acordo na fase de execução.

“Penso que os futuros profissionais têm de ser capacitados também para conciliação e mediação, e não somente para o litígio”, afirmou. Nakajo abordou também a atuação do Tribunal durante a pandemia, com foco na produtividade.

---

*Desde o início até outubro de 2021, os vídeos já contabilizavam 297 visualizações, o equivalente a seis turmas de visitantes presenciais*

---

# Expediente

GESTÃO EM REVISTA  
2019-2021

**Produção**  
*Secretaria de Comunicação Social TRT-SC*

**Diagramação e finalização**  
*Acará Estúdio Gráfico*

**Banco de imagens**  
*Gettyimages*

**Impressão**  
*Gráfica Coan*

**Tiragem**  
*150 exemplares*







**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)

*Rua Esteves Júnior, 395 - Centro  
88015-905 - Florianópolis/SC  
(48) 3216-4000 - [www.trt12.jus.br](http://www.trt12.jus.br)*